



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA GABRIELLE CHAVES SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: (des)encontros ao longo da
profissão**

João Pessoa – PB
2019

MARIA GABRIELLE CHAVES SILVA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: (des)encontros ao longo da
profissão**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Bacharelado em Serviço Social da
Universidade Federal da Paraíba –
UFPB como requisito para obtenção
do título de bacharela em Serviço
Social.

Orientadora: Dra. Nivia Cristiane
Pereira da Silva.

João Pessoa – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Maria Gabrielle Chaves.

RELACIONES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: (des)encontros ao longo da profissão / Maria Gabrielle Chaves Silva. - João Pessoa, 2019.

65 f. : il.

Orientação: Nivia Cristiane Pereira da Silva. Monografia (Graduação) - UFPB/CCHLA.

1. Gênero. 2. Patriarcado. 3. Feminismo. 4. Serviço Social. 5. ENPES. I. Silva, Nivia Cristiane Pereira. II. Título.

UFPB/CCHLA

MARIA GABRIELLE CHAVES SILVA
RELAÇÕES DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: (DES)ENCONTROS AO
LONGO DA PROFISSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de
Bacharelado em Serviço Social da
Universidade Federal da Paraíba –
UFPB como requisito para obtenção
do título de bacharela em Serviço
Social.

Orientadora: Dra. Nivia Cristiane
Pereira da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Nivia Cristiane Pereira da Silva
Orientadora – Universidade Federal da Paraíba

Prof^a Me. Alecsonia Pereira Araujo
Examinadora Interna – Universidade Federal da Paraíba

Me. Jéssica Juliana Batista da Silva
Examinadora Externa

Apresentado em: 22/02/2019

Nota: _____

João Pessoa
2019

AGRADECIMENTOS

Começar a escrever esses agradecimentos me deixa muito emocionada! Essa conquista me traz muitas sensações boas, foram muitos desafios ao longo da graduação, principalmente no último ano. Depois de algumas mudanças de temas, bloqueios, problemas pessoais e a conjuntura política, consegui terminar o meu Trabalho de Conclusão de Curso!

Muitas pessoas estiveram comigo me dando apoio e motivação para a conclusão dessa etapa na minha vida, e quero usar essas linhas para exteriorizar o sentimento de gratidão que sinto por cada um/a aqui, mesmo sabendo que essas linhas são insuficientes.

Agradeço à minha mãe, Telma Chaves, por todo o amor e paciência na vida e por ter acreditado em mim tantas vezes e me fortalecido, quando eu não tinha noção da minha força.

Agradeço à minha avó e tias, por serem mulheres incríveis.

Às minhas irmãs e ao meu irmão, pelo companheirismo.

Às minha amigas e companheiras de vida, Marília Carolina, Adriana Assis, Luiza Paiva e Jamilah Lucena por todo o amor, força e apoio do mundo. Vocês foram extremamente importantes nesse processo.

Ao Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru, por ter sido o primeiro espaço de luta que fiz parte dentro da universidade e por terem me apresentado a tantos debates e experiências indescritíveis, como a visita aos assentamentos de Belém e Porto Alegre.

Ao DIVAgens, pelo companheirismo, construções e crescimento! Especialmente à Jeane, Carol e Felipe. Vocês são incríveis! Jeane com toda sua sabedoria e bondade, Carol com a sua cumplicidade e Felipe com o companheirismo. Obrigada

Ao GEPSS, pelo companheirismo, leituras, cines feministas, mesas de debates, conversas e pelos laços criados.

À Nivia, por todas as contribuições ao longo desses meses, pelas dicas e orientações. Obrigada pelo companheirismo, por respeitar o meu tempo e pela paciência.

À Mauricélia, por todo o aprendizado, para além da vida acadêmica. Com você acompanhei de perto a vida de uma docente e me inspirei demais ao te observar a sempre se desafiar a ser uma professora melhor.

À Alecsonia, pelas contribuições na minha formação acadêmica e por aceitar compor a minha banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

À Jéssica Juliana, pelos aprendizados desde que entrei no curso e por ter aceitado o convite em fazer parte desta banca!

À Thais e Mayra, pelos momentos compartilhados e pelo crescimento coletivo durante a monitoria de Política Social II.

À Nivia, Mauricélia e Gracinha, professoras extremamente importantes para mim, e que pude acompanhar-las em três momentos importantes da minha graduação: Nivia na extensão, Mauricélia na monitoria e Gracinha no estágio. Além de vocês, quero incluir outra professora extremamente importante para mim: Jeane. A vocês quatro, a minha mais profunda gratidão por tudo e, principalmente, por serem professoras comprometidas com o trabalho e com as/os discentes, contribuindo para que a universidade, esse ambiente que pode ser extremamente adoecedor, seja um espaço também de afeto e acolhimento.

Uma mulher descerá o morro
como se descesse de uma estrela

Uma mulher seus olhos iluminados
suas mãos pulsando vida e luta
sob seus pés a velha serpente
[a baba as armas a covardia de sempre].

Uma mulher descerá o morro
as inúmeras escadarias do morro
os muros arames que separam o morro

e pisará o chão desse país sem nome
desse país que ainda não existe
desse país que interminavelmente não há

Uma mulher descerá o morro
tempestade é o vestido que ela veste

Uma mulher descerá o morro
e ainda que seu sangue caia
ferida incessante no asfalto do Estácio
e ainda que anunciem sua morte
[e sim, ainda que a comemorem]
esta mulher ninguém poderá parar.

Micheline Verunschik

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo perceber o lugar em que a discussão de gênero ocupa na produção acadêmico-profissional a partir das análises dos anais do XVI ENPESS (2018), na modalidade de comunicação oral. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter quantitativo, em que o trabalho de investigação se caracterizou pela revisão de alguns aspectos importantes no tocante à profissão no Brasil, assim como a sua aproximação com os estudos de gênero, até chegar nas análises dos trabalhos do ENPESS. Como procedimento metodológico, inicialmente buscamos os artigos através de oito eixos norteadores do processo de mapeamento: gênero, feminismo, feminismo negro, patriarcado, mulheres, mulheres negras, lésbicas e relações patriarcais de gênero. A partir dessa pesquisa, encontramos 67 trabalhos em um universo de 989, então decidimos analisar 30 por compreendermos que dado o tempo, ficaria inviável analisar todos. Foram encontrados artigos em todos os eixos do ENPESS, principalmente no

Na sociedade capitalista, a repartição da produção tende a ser profundamente desigual. Esse modo de produção eleva ao máximo as contradições presentes no universo de todas as formações econômico-sociais assentadas na apropriação privada dos meios de produção, nessas contradições estão inclusos patriarcado, racismo e opressões de classe. A partir da Igreja, impõe-se uma determinação doutrinária que embasou as primeiras décadas do Serviço Social no Brasil, se expressando, dentre outras formas, através da feminização do trabalho, que se iniciou a partir de uma formação conservadora. Essa formação conservadora começa a ser rompida com o Movimento de Reconceituação, que desencadeia uma revisão crítica do Serviço Social, e a partir do momento que esse movimento vai se consolidando, vai se fortalecendo as bases marxistas na profissão. Faz-se necessário apreender criticamente as formas de construções entre gênero e Serviço Social, para tanto, buscamos apreender as categorias importantes para a nossa análise, como gênero, patriarcado, feminismo e divisão sexual do trabalho na dinâmica das relações sociais, de modo a contribuir com a discussão das relações patriarcais de gênero dentro do Serviço Social. Tendo isso em mente, esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as tendências teórico-políticas da produção científica do Serviço Social brasileiro, através dos anais do último Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social - ENPESS (2018), no que concerne as discussões sobre relações patriarcais de gênero, utilizando como método o materialismo histórico dialético, bem como a pesquisa bibliográfica e documental. A escolha por esse evento, se deu pelo fato de ser um canal importante de difusão de conhecimento da produção científica da profissão no Brasil.

Palavras-chave: Gênero; Patriarcado; Feminismo; Serviço Social; ENPESS.

ABSTRACT

In capitalist society, the distribution of production tends to be profoundly unequal. This mode of production maximizes the contradictions present in the universe of all economic and social formations based on the private appropriation of the means of production. These contradictions include patriarchy, racism and class oppression. Starting from the Church, a doctrinal determination is imposed that based the first decades of Social Work in Brazil, expressing itself, among other forms, through the feminization of work, which began with a conservative formation. This conservative formation begins to be broken with the Reconceptual Movement, which triggers a critical revision of Social Work, and from the moment that this movement is consolidating, the Marxist bases in the profession are being strengthened. It is necessary to critically appraise the forms of constructions between gender and Social Work, for this, we seek to grasp the categories important for our analysis, such as gender, patriarchy, feminism and the sexual division of labor in the dynamics of social relations, in order to contribute with the discussion of patriarchal gender relations within Social Work. With this in mind, this Course Conclusion Paper aims to analyze the theoretical-political tendencies of the scientific production of the Brazilian Social Service, through the annals of the last Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ENPESS (2018), in which concerns the discussion of patriarchal gender relations, using dialectical historical materialism as the method, as well as bibliographical and documentary research. The choice for this event was due to the fact that it is an important channel of diffusion of knowledge of the scientific production of the profession in Brazil.

Key words: Gender; Patriarchy; Feminism; Social Work; ENPESS.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
AI-5	Ato Inconstitucional nº 5
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
EAD	Ensino à Distância
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
IES	Instituição de Ensino Superior
LBA	Legião Brasil de Assistência
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Intersexo
PRF	Partido Republicano Feminino

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: um encontro com a categoria gênero	3
1.1 Modo de produção capitalista e a relação com as/os trabalhadoras/es ...	3
1.2 O Serviço Social no Brasil: uma abordagem feminista	6
1.2.1 O processo e a consolidação da feminização do Serviço Social	9
1.3 Breve resgate das aproximações do Serviço Social com o feminismo no século XX	13
2. CÓDIGOS DE ÉTICA, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS	18
2.1 Formação profissional do Serviço Social	19
2.2 Caminhos percorridos pelos primeiros Códigos de Ética	25
2.3 Projeto Ético-Político do Serviço Social: fundamentos, desafios e perspectivas	28
3. GÊNERO, PATRIARCADO E SERVIÇO SOCIAL: (des)encontros na produção acadêmica, uma análise do XVI ENPESS	33
3.1 Gênero, “raça”/etnia e classe: a condição das mulheres nas relações sociais brasileira	33
3.2 Produção acadêmica e Serviço Social: pautas feministas como objeto de estudo	39
3.3 Procedimentos teóricos metodológicos	47
4. CONCLUSÕES	48
5. REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

A partir da Igreja, impõe-se uma ação doutrinária que embasou e determinou historicamente o Serviço Social caracterizando um período que acentuou intensamente as contradições sociais determinadas na relação capital-trabalho reproduzidas pelas classes dominantes e a trabalhadora. Com base nisso e no que foi exposto, podemos constatar que a partir da gênese da profissão há uma orgânica associação ente Serviço Social, capitalismo, fundamentalismo, questão social e divisão sexual do trabalho.

Compreender alguns aspectos do processo histórico das opressões que nós, mulheres, sofremos no decorrer da formação social do Brasil até os dias de hoje, é importante para entendermos a raiz dessas opressões, bem como o fato de que não são naturais, mas sim construídas e fortalecidas socialmente.

A base material da construção e história do Brasil, a partir da colonização, é sustentada pelo racismo, sexismo e patriarcado. Estas opressões se expressam de forma contínua, se reatualizando cotidianamente de diversas formas e em diversos âmbitos sociais, com um legado fortemente presente nas relações sociais.

Nossa pesquisa é bibliográfica e documental, com dados quantitativos. Utilizaremos o método materialista histórico dialético como instrumento de análise, a partir de autoras como Saffioti (2004, 2013, 2015) e Cisne (2012, 2013, 2014, 2018), que relacionam as relações de exploração e opressão das mulheres com o modo de produção capitalista, racista e patriarcal, fazendo uma análise material, relacionando classe, “raça”/etnia e sexo.

O Serviço Social brasileiro foi gestado a partir de uma perspectiva conservadora e moralizante, com bases mais doutrinárias do que científicas, a partir das ações do Estado juntamente com a Igreja Católica. Deste modo, a formação acadêmico-profissional adquire um caráter conservador totalmente associado à benemerência, à caridade e a moral cristã.

A moral cristã contribuiu para a imposição das mulheres ao papel, ou mesmo a obrigação, de serem bondosas, caridosas, acolhedoras, amáveis. A partir disso, o Estado se apropriou destas características de modo a responsabilizar as mulheres para o trato das expressões da questão social,

assim como a responsabilização pela reprodução da vida social, com a divisão sexual do trabalho.

Desta forma, na sociedade patriarcal em que vivemos, as funções do cuidado são designadas às mulheres, enquanto aos homens é esperado que ocupem os lugares de poder. Essa divisão sexual do trabalho se expressa fortemente nas profissões, a exemplo do Serviço Social, uma profissão majoritariamente feminina que sofre com desvalorização do trabalho, bem como salários inferiores.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os estudos de gênero surgiram no movimento feminista intelectualizado, a partir das feministas acadêmicas, popularizando-se na década de 1990 no Brasil. A categoria gênero, a partir de então, é utilizada como categoria de análise da realidade social, expandido as pesquisas na área, inclusive no Serviço Social.

No primeiro capítulo, iremos começar discutindo sobre o modo de produção capitalista e os seus rebatimentos para a classe trabalhadora. Depois, iremos abordar a questão social no Brasil e as bases de consolidação do Serviço Social no país, assim como o processo de “feminização” da profissão, a partir de uma formação conservadora. Neste capítulo também discutiremos categorias importantes para a nossa análise, como gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho e, por último, faremos um resgate do feminismo do século XX no país, assim como os seus (des)encontros com o Serviço Social.

No segundo capítulo, no primeiro momento, iremos discutir a primeira fase da formação acadêmico-profissional delineada entre os anos 1936 a 1945, que se expressa através de um projeto pedagógico que define a perspectiva conservadora da profissão. Em um segundo momento, iremos debater acerca um processo de revisão da profissão que se desencadeia a partir da década de 1960, impulsionado pelas lutas sociais, chamado de Movimento de Reconceituação, tendo como expressão de revisão crítica a vertente chamada intenção de ruptura. Também discutiremos sobre o Projeto Ético-Político profissional e os desafios da profissão no que concerne ao conservadorismo.

No terceiro capítulo, iremos discutir a raiz das opressões das mulheres na sociedade brasileira, discutindo as relações sobre gênero, patriarcado, racismo e capitalismo. Deste modo, analisaremos a produção acadêmica do Serviço

Social, através do XVI ENPESS (2018), no tocante às pautas feministas a partir de eixos norteadores.

Por fim, destacamos a importância da discussão de gênero, juntamente com classe e “raça”/etnia na nossa formação acadêmico-profissional, para compreendermos a realidade a partir de uma perspectiva de totalidade, sem fragmentar, e em busca de uma melhor atuação profissional, que saiba lidar com as várias expressões da questão social.

1. FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: um encontro com a categoria gênero

Neste capítulo, iremos discutir o Serviço Social no Brasil e o seu encontro com a categoria gênero. Pretendemos, desse modo, resgatar os fundamentos teóricos metodológicos e políticos do Serviço Social a partir de uma abordagem feminista marxista.

No primeiro tópico deste capítulo, iremos fazer uma introdução sobre o modo de produção capitalista, e os seus rebatimentos para a classe trabalhadora, levando em consideração que esse modo de produção eleva ao máximo as contradições presentes em todas as formações econômicas sociais.

No segundo tópico, iremos abordar as formas que o Estado lidou com a questão social no Brasil, a trajetória para a consolidação do Serviço Social no país, bem como delinear o caminho que fez com que a profissão fosse reconhecida como uma profissão “feminina”, a partir de uma formação conservadora a partir da Igreja Católica e o Estado. Também discutiremos categorias importantes para a nossa análise, como gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho.

No terceiro tópico, iremos fazer um breve resgate da consolidação do feminismo no Brasil, que tem suas bases estruturadas a partir do século XX, bem como os seus principais acontecimentos e as suas aproximações com o Serviço Social brasileiro.

1.1 Modo de produção capitalista e a relação com as/os trabalhadoras/es

A produção é uma atividade social essencialmente histórica que acontece na sociedade e, através dela, é definida a forma pela qual os indivíduos participam do mercado de bens e de trabalho. A relação da produção e a distribuição dos bens está intimamente ligada ao tipo de regime de propriedade em vigor na sociedade, todavia na sociedade capitalista a repartição da produção tende a ser profundamente desigual. Netto e Braz (2012, p. 96) diferenciam a produção mercantil capitalista da produção mercantil simples:¹

[...] Se ambas supõem a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil capitalista essa propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao *capitalista* (ao burguês). Aqui, desaparece o *trabalho pessoal* do proprietário: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha – ele compra a *força de trabalho* que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias [...]. A produção mercantil capitalista, à diferença da produção mercantil simples, assenta na *exploração da força de trabalho*, que o capitalista compra mediante o *salário*. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na *exploração do trabalho* – reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista.

O capital, que também é uma relação social de produção, se expressa através de mercadorias (meios de produção e de vida) e do dinheiro. Por meio desse processo, o movimento de produção é criado e recriado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). É em forma de dinheiro que as/os trabalhadoras/es são pagas/os, assumindo a aparência de trabalho inteiramente pago, quando na verdade disfarça a expropriação da maior parte desse dinheiro pelo capitalista.

O modo de produção capitalista eleva ao máximo as contradições presentes no universo de todas as formações econômico-sociais assentadas na apropriação privada dos meios de produção (SAFFIOTI, 2013). Entre essas contradições, estão presentes as de opressões gênero, “raça”/etnia e classe. Para Saffioti (2013), essas opressões são subestruturas de um “nó/novelo” formado a partir da conjunção patriarcado-racismo-capitalismo, que veremos mais adiante.

¹ Segundo Netto e Braz (2012, p. 94) a produção mercantil simples se assentava em dois pilares: “o *trabalho pessoal* e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os *proprietários dos meios de produção* que empregavam” (grifos dos autores).

Ao deter o monopólio dos meios de produção, a classe capitalista compra e se apropria da força de trabalho daquelas/es trabalhadoras/es que não têm acesso às condições materiais indispensáveis para a materialização do seu trabalho. A partir disso, a classe trabalhadora para sobreviver não vê outra opção que não seja vender a sua força de trabalho. Dessa forma, as/os trabalhadoras/es estão dentro de uma lógica de exploração, como afirmam Netto e Braz:

[...] comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem direito de dispor do seu valor de uso, isto é, de dispor da sua capacidade de trabalho, capacidade de movimentar os meios de produção. Mas a força de trabalho possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: *ela cria valor – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa*. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: *o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro*. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso (2012, p. 113; grifos dos autores).

A classe trabalhadora além de entregar ao capitalista o valor que posteriormente lhe será devolvido em forma de salário, entrega um sobrevalor chamado de *mais-valia*, que é a materialização do trabalho excedente não pago apropriado pelos detentores dos meios de produção. Esse sobrevalor se converterá em meios de consumo da classe dominante e em capital empregado para uma nova produção, reproduzindo o ciclo do capital. Com isso, a produção social está atravessada pelas relações sociais entre pessoas que personificam os conflitos de classes sociais antagônicas.

O trabalhador não mais produz diretamente para seu consumo, mas produz artigos cuja existência independe de suas necessidades enquanto produtor singular [...]. O trabalhador participa do mercado não apenas enquanto comprador de mercadoria, mas ainda, e precedentemente, como vendedor da força de trabalho (SAFFIOTI, 2013, p. 54).

Esse processo faz com que dia após a dia a classe trabalhadora reproduza os próprios meios de sua exploração, para que possa ter as condições

(mesmo que insuficientes) para a sua sobrevivência. De acordo com Marx (1973, p. 40) “esta constante reprodução ou eternização do trabalhador é condição *sine qua non* da produção capitalista”. A produção capitalista, ainda, tem no Estado o instrumento privilegiado do exercício do seu poder na sociedade.

1.2 O Serviço Social no Brasil: uma abordagem feminista

Neste tópico, iremos falar do processo do surgimento do Serviço Social no Brasil, dando ênfase à marca feminina da profissão, que está intimamente ligada à sua gênese e discutiremos como as/os profissionais reagiram frente à questão social para, a partir disto, compreendermos a tradição conservadora que marca o Serviço Social.

Com o desenvolvimento do capitalismo no país, que foi impulsionado pela crise de 1929, houve um grande crescimento com relação à industrialização e ao número de trabalhadoras/es. A partir disso, houve um avanço generalizado do crescimento da pobreza, o que favoreceu o processo de tomada de consciência e de organização da classe operária. Deste modo, o Estado começou a sentir-se ameaçado e a pensar em meios de lidar com a chamada questão social, que de acordo com Iamamoto e Carvalho:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (2014, p. 83-84).

O processo de urbanização, vivenciando no país na época, acompanhou o surgimento de camadas médias e operárias, criando, deste modo, novas formas de organização na sociedade. Segundo Cisne (2012, p. 31) a organização da classe trabalhadora “provoca no Estado a necessidade de agir de forma diferenciada no trato com a ‘questão social’ ao evidenciarem a contradição e o antagonismo do capital e suas consequências”.

No Brasil, até 1930, a “questão social” era considerada como caso de polícia, sendo tratada, portanto, por meio da repressão. A responsabilidade de enfrentá-la, além da polícia, era colocada para os organismos de solidariedade social. A assistência social não passava de práticas descontínuas e desarticuladas, voluntaristas, benevolentes, da caridade e da solidariedade irracional. Essas ações assistenciais geralmente eram realizadas pela Igreja Católica (Idem).

Para a Igreja, a questão social “antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa” (IAMAMOTO, 2007, p. 18). À medida em que os conflitos foram se agravando e a repressão da polícia tornando-se insuficientes para conter a classe operária, fez-se necessário para o Estado construir novas estratégias para lidar com essa problemática, uma vez que a classe trabalhadora estava se reunindo através de movimentos reivindicatórios e conquistando espaços no cenário político. Desse modo, “esse fato levava a uma impossibilidade de manter um sistema apenas pelo controle coercitivo sob pena de a classe dominante ser destituída de seu poder pelas/os trabalhadoras/es” (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2008, p. 132).

É a partir deste momento, na Segunda República, que o Estado começa a dar respostas políticas e profissionais às expressões da questão social, reconhecendo-a como uma questão política. Destarte, “Getúlio Vargas implementava medidas estratégicas e paliativas para amenizar o conflito entre as classes – que crescia de forma avassaladora – buscando incessantemente abafar e cooptar movimentos sindicais” (Idem, p. 133). Em seu governo, prevaleceu o paternalismo, populismo, clientelismo e a tentativa de mascaramento das desigualdades sociais.

A primeira manifestação original do Serviço Social no Brasil acontece em 1932, através do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) que surge através da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica de tornar mais efetiva e dar mais rendimentos às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes de São Paulo, sob o patrocínio da igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Através do CEAS, em 1936, surge no contexto contraditório da consolidação do capitalismo monopolista a primeira escola de Serviço Social do Brasil. A escola era só para mulheres provenientes da burguesia paulistana e,

de acordo com Yazbek, “era mantido com mensalidades das sócias e tinha como objetivos: difundir a doutrina e a ação social da Igreja” (2009a, p. 7).

De acordo com Iamamoto “o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (2013, p. 21). É a partir da aliança entre a burguesia e a Igreja Católica organizadas contra o comunismo, bem como a qualquer ameaça ao capitalismo, que consolidará a herança conservadora da profissão.

As ações do governo eram juntamente com a Igreja Católica e possuíam um caráter fortemente assistencialista, com práticas substancialmente moralistas e conservadoras, além de não considerarem a assistência social como um direito, reproduzindo-a como um favor – que infelizmente é um aspecto que existe até os dias atuais. Tinham como objetivo atenuar os conflitos de classe que estavam indo em confronto com os interesses do capital. Desse modo, a Igreja:

[...] se apoia em expressões teórico-metodológicas do pensamento absolutamente conservadoras, cujas referências concebem os problemas sociais como negligências ou incapacidades individuais dos sujeitos que entram ou permanecem em condição precária da vida. Assim justificam a necessidade de controle desses sujeitos que entram em desajuste com a ordem social, necessitando ser ajustados para não perturbar o processo de reprodução dessa ordem (QUERINO, 2014, p. 45).

Dessa forma, a partir da Igreja, o Serviço Social se expressa através da culpabilização dos indivíduos pelas suas condições, caracterizando-os como “pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147). E, apesar de atuar junto à classe trabalhadora, as/os assistentes sociais tinham, a partir do seu trabalho, o comprometimento com as classes dominantes, fornecendo, a partir da sua extrema proximidade com o Estado, um caráter “oficial” ao mandato recebido.

Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social. A pobreza é expressa estatisticamente, vista sem o estabelecimento de relação com a forma de organização social. Embora os assistentes sociais reconheçam que as leis de amparo social, existentes para proporcionar respostas à pobreza, fossem insuficientes,

creditam à falta de educação ou a desvios morais da população a incapacidade de prover sua subsistência ou viver nas condições observadas (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

Este modelo de atuação configurou-se com um caráter essencialmente assistencialista que culpabilizava a população pelo lugar ocupado na sociedade, sem fazer uma análise estrutural das condições societárias. Desta forma, perpetuava-se a precariedade das condições de vida da população, visando à amenização dos conflitos sociais mais graves e a tentativa de união entre as classes antagônicas, como ensinam as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*².

1.2.1 O processo e a consolidação da feminização do Serviço Social

A formação profissional a partir da responsabilidade da Igreja, adquire um caráter conservador “radicalmente associado à benemerência, à caridade e a uma moral cristã patriarcal que impusera às mulheres o ‘papel’ ou mesmo a obrigação de serem ‘bondosas, ‘caridosas, ‘acolhedoras’, ‘amáveis’” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 152). Para tanto, o Estado utiliza-se da figura da mulher e suas características difundidos pelos padrões sociais fortalecidos pela sociedade e, principalmente, pela Igreja Católica, para passar a responsabilidade da assistência social para essas mulheres, ao mesmo tempo em que se desresponsabiliza pelos problemas sociais.

As atribuições femininas, embora tidas como naturais, são social e culturalmente construídas. Delas espera-se que sejam “boas mães, esposas e donas-de-casa”. Essas responsabilidades vão ser extensivas às profissões ditas femininas, destacadamente Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem. Nessa perspectiva, tanto no âmbito do trabalho doméstico como no mundo público, as mulheres são responsabilizadas pela reprodução social, e, conseqüentemente, pela questão social. Daí as profissões que lidam diretamente com a questão social serem majoritariamente compostas por mulheres, o que aponta também para a sua presença marcante na área da Assistência Social, não apenas como usuárias, mas também como profissionais. A “escolha” da

² De acordo com essas duas encíclicas, a questão social é vista como questão moral e não como expressão das relações sociais e econômicas. A *Rerum Novarum* surge em 1891, em um contexto marcado pelos movimentos operários e pela propagação das ideias comunistas, e de acordo com essa encíclica todas as classes são iguais. A *Quadragesimo Anno* surge 40 anos depois, divulgando o espírito cristão e a caridade universal, condenando a luta de classes, socialismo e o comunismo.

profissão não é, pois, algo natural, mas segue uma tendência socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho na sociedade patriarcal (RUSSO; CISNE; BRETTAS, 2008, p. 139).

Na sociedade patriarcal em que vivemos, as funções de cuidado são designadas às mulheres, sendo vistas como algo natural e não como algo construído socialmente. Para Cristine Delphy (2009, p. 173) “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens”. A palavra “patriarcado” vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando), portanto significa autoridade do pai (Delphy, 2009). A partir dessas funções de cuidado:

O Serviço Social dispõe de “forte marca feminina” ao conformar-se historicamente como uma profissão majoritariamente de mulheres e dirigida a um público preferencialmente de mulheres, geralmente abordadas no seio da família. A marca feminina é aqui compreendida como “um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino por meio de uma concepção diferenciada entre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é o feminino”, segundo parâmetros estabelecidos pelas classes dominantes os quais resultam na produção de desigualdades entre homens e mulheres (IAMAMOTO, 2012, p. 13).

Desse modo, as profissões relacionadas ao cuidado são historicamente fortalecidas pela forte presença das mulheres a partir das características associadas a elas: acolher, cuidar, educar, servir, acalmar, forjando um terreno favorável para que essas profissionais assegurem o controle da questão social, ao passo em que o Estado retira sua própria responsabilidade. Essa divisão sexual do trabalho confere às mulheres uma posição de subalternidade, com salários inferiores e desvalorização do trabalho. Para Danièle Kergoat:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão social do trabalho, segundo Kergoat (Idem) “tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um de mulher)”. A divisão sexual do trabalho, é “resultante de um ‘sistema patriarcal-capitalista’ que confere às mulheres uma posição de subalternidade, o que se refrata no mercado de trabalho acentuando a exploração capitalista do trabalho da mulher” (IAMAMOTO, 2012, p. 14). Acrescentamos ainda que o racismo também é um sistema estruturante de opressão da sociedade e, acerca, da divisão sexual, a mesma contribui para que até os dias de hoje a situação das mulheres que fazem parte de profissões reconhecidas como “femininas”, assim como o Serviço Social, ocupem um lugar subalternizado nas relações de trabalho. Com base nisso, Iamamoto (2008, p. 104) afirma que “com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho”.

Através de Saffioti (2004, 2013, 2015), analisamos as questões das mulheres perpassadas pela compreensão das relações patriarcais de gênero, denunciando as relações de dominação-exploração. Essa análise parte de uma perspectiva materialista histórica e dialética que pressupõe a apreensão da realidade. Para a autora, a categoria gênero, que é histórica e ontológica “diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas” (SAFFIOTI, 2015, p. 124).

Saffioti (2015, p. 47) afirma que “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”. Desta forma, segundo a autora, devemos articular gênero e patriarcado como categorias que não podem ser analisadas separadamente.

Retomando ao Serviço Social, queremos aqui destacar a atuação dessas/es profissionais no campo da assistência, apesar da profissão estar presente em outros campos de atuação, pois foi a partir da assistência social que o primeiro-damismo surgiu, tendo contribuição importante para a feminização da profissão.

A instituição pioneira da assistência social no Brasil foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, sob o comando nacional da então primeira

dama Darcy Vargas, sendo organizada concomitantemente ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial.

O objetivo fixado pela esposa de Vargas para a instituição foi o de “amparar os soldados e seus familiares”. Para desenvolver o projeto assistencial, ela contou com o apoio do empresariado, do Governo e principalmente das mulheres provenientes da elite e da classe média do Rio de Janeiro [...]. Somente na capital carioca, onde funcionava a sede da instituição, milhares de personagens femininas transformaram-se em voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. Para elas, a instituição criou uma variedade de cursos preparatórios, por exemplo, os de formação de voluntárias da defesa passiva, de alimentação, para samaritanas socorristas, para visitadoras e educadoras sociais, entre outros. Além dos cursos, em nome da assistência social de guerra, centenas de mulheres foram mobilizadas para os mais diversos serviços, como os de costura e produção de bandagens, que serviram de roupas e materiais hospitalares e eram doados aos soldados mobilizados e seus familiares para serem empregados no atendimento médico hospitalar no *front* de guerra (SIMILI, 2008, p. 443).

A partir da assistência às famílias dos convocados para a Segunda Guerra Mundial, a LBA progressiva e rapidamente “começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua *atividade básica* e em seguida visando a um programa de ação permanente” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 266; grifos dos autores). As atuações eram relacionadas sobretudo na “maternidade, à infância, à velhice, aos doentes, à melhoria alimentar e habitacional dos mais pobres, além de difundir a educação popular e a organização racional do lazer dos trabalhadores” (CISNE, 2012, p. 36). Dessa forma, através da LBA se dá o processo de implementação e institucionalização do Serviço Social, se desenvolvendo como componente dinamizador da assistência.

As primeiras damas dos estados federativos ficaram à frente da LBA de cada Estado. A partir disso Russo, Cisne e Brettas (2008, p. 137) afirmam que essas mulheres eram percebidas como “uma peça fundamental dessa engrenagem. Seu papel era o mesmo na esfera privada e na pública: garantir a reprodução social na perspectiva de manutenção dos valores e interesses capitalistas e patriarcais”.

Se, de um lado, podemos perceber um avanço, à medida que as mulheres passam a ter um certo reconhecimento social e deixam de se limitar ao espaço da casa, a esfera do privado, e vão para o espaço público, para a esfera do político, por outro, a elas é conferido um lugar marginal. A posição que ocupam não está relacionada com a sua competência, mas com a sua vinculação a uma figura masculina e com ações extensivas às atividades domésticas, tida como de mulheres. A LBA, portanto, era um complemento do lar. Um espaço em que o cuidado com o outro, o amor ao próximo e a manutenção da família e da moral patriarcal eram consideradas tarefas femininas (Idem).

Deste modo, podemos perceber como a assistência social está vinculada, desde muito antes, à questão de gênero e patriarcado a partir do fato da assistência estar sob responsabilidade da primeira dama. Além disso, há uma relação histórica entre as mulheres e as responsabilidades para com os problemas sociais, que se expressa fortemente até os dias atuais.

Com base nisso, a assistência social, bem como o Serviço Social como um todo, foi se constituindo como um espaço de atuação majoritariamente feminina, sendo construídos a partir de uma base extremamente conservadora, que se expressou também na divisão sexual do trabalho. O papel dessas mulheres acaba por ter a mesma essência, seja na esfera privada ou na pública, sendo responsabilizadas pelo “bem-estar” da família e, por extensão, da sociedade, garantido a reprodução social, bem como os aspectos capitalistas e patriarcais.

1.3 Breve resgate das aproximações do Serviço Social com o feminismo no século XX

Aqui buscaremos apresentar um breve resgate do início da consolidação do feminismo no Brasil, bem como suas aproximações com o Serviço Social. O movimento feminista no país, como alguns países latino-americanos, teve suas primeiras manifestações a partir da metade do século XIX, consolidando-se a partir do início do século XX, como veremos a seguir.

Nas primeiras décadas do século XX, de acordo com Pinto (2003), é possível identificar diferentes vertentes do feminismo da primeira onda, cujos primeiros movimentos entre mulheres organizadas aconteceram antes das primeiras manifestações do Serviço Social no país.

No século XX, no Brasil, a primeira manifestação coletiva de mulheres em busca de direitos que se tem documentado foi em 1910, através de um movimento liderado pela professora Leolinda de Figueiredo Daltro. Essas mulheres reuniram-se com o intuito de formar um partido político, que veio a se chamar Partido Republicano Feminino (PRF). Através do PRF, as mulheres “reivindicavam o direito de voto feminino, emancipação das mulheres e direito das mulheres trabalharem no serviço público” (VIANNA, 2017, p. 89).

A mobilização de Daltro pelo sufrágio foi intensa, procurando obter sempre a atenção da imprensa. Em 1917, cerca de 90 mulheres participaram de uma passeata pelo sufrágio feminino no centro do Rio de Janeiro, obtendo grande repercussão. Nos anos 1920 afastou-se da luta política, mantendo suas atividades como educadora (VIANNA, 2017, p. 90).

Nesta mesma época, no ano de 1922, Bertha Lutz, uma bióloga, fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), uma entidade fundamental para o sufrágio das mulheres. Essa tendência do feminismo foi chamada de “feminismo bem-comportado”, refere-se à chamada primeira onda, tendo justamente o sufrágio como sua principal reivindicação; porém, esta tendência sinalizava um traço conservador ao não levar em consideração os diferentes tipos de opressões vivenciados pelas mulheres.

As principais questões da primeira onda de feminismo dizem respeito e dão mais importância à propriedade do que aos problemas econômicos e raciais da época. A atenção especial era voltada para a insatisfação com o controle das propriedades da mulher pelo marido, mostrando que um alvo importante estava nas classes mais altas e não propriamente nos problemas das demais mulheres. Porém, também havia quem se preocupasse com a independência econômica da mulher casada e com a promoção de condições para que as mulheres solteiras conseguissem se sustentar (OLIVEIRA, 2007, p. 112-113).

O movimento pelo direito ao voto, deste modo, era protagonizado por mulheres brancas das classes médias e altas, que não levaram em consideração as pautas raciais e de classe, bem como suas formas de opressão e exploração para as mulheres negras e operárias.

A FBPF será o ponto de partida para a criação de vários outros movimentos de mulheres no país, tornando-se, inclusive, a principal entidade responsável pela luta sufragista no Brasil. Essa luta seguirá até 1932, quando, finalmente, as mulheres terão o direito ao voto e à participação política.

De acordo com Pinto (2003), outras mulheres também estavam se organizando a partir de pautas que não necessariamente fosse o direito ao voto. Segundo a autora, esse movimento ficou conhecido como a segunda vertente do feminismo da primeira onda, chamada de feminismo difuso, “o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa” (PINTO, 2003, p. 15). Essas mulheres tinham vidas públicas excepcionais, sendo professoras, escritoras, jornalistas e suas questões eram mais centradas no direito da educação às mulheres, direito a sexualidade e ao mundo privado.

Além das vertentes já mencionadas, a primeira onda do feminismo foi composta por uma terceira vertente que inicialmente se expressou no movimento anarquista, expandindo-se ao Partido Comunista. De acordo com Pinto (2003, p. 15):

Trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas.

O feminismo, no Brasil, perdeu forças a partir da década de 1930 e ressurgirá, novamente, na década de 1960 com a chamada *segunda onda do feminismo*. A partir da década de 1930, também, estavam sendo construídas as bases para a implementação do Serviço Social no Brasil. No seu processo de consolidação, como vimos, suas bases foram sendo construídas pela Igreja Católica, ou seja, os papéis desenvolvidos pelas mulheres estavam muito distantes das lutas pela emancipação feminina e próximas da moral religiosa, do cuidado, da tutela e da ajuda, delineando as características da profissão.

No decorrer destes trinta anos um livro marcará as mulheres e será fundamental para a nova onda do feminismo: *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, onde a autora aborda as raízes das opressões das mulheres. Ele foi publicado pela primeira vez em 1949, chegando ao Brasil na década de 1960.

No final da década de 1960 os movimentos de mulheres ressurgem, incentivados pelos movimentos reivindicatórios que estavam acontecendo no mundo inteiro. O cenário brasileiro estava marcado pelo golpe militar, inaugurando longos anos marcados por perseguições, cassação de direitos, censura, prisões, tortura e mortes, ficando ainda pior a partir de 1968, com o Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), onde as expressões políticas tornaram-se de extremo perigo para os movimentos.

Nesta época, as feministas militavam na esquerda e participavam de movimentos de resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas foram exiladas e, depois, trouxeram contribuições do feminismo da Europa e dos Estados Unidos.

Ainda na década de 1960, o Serviço Social no Brasil e na América Latina inicia o chamado *Movimento de Reconceituação*, a partir deste movimento, que iremos ver mais a fundo no capítulo 2, é incorporado o debate do marxismo e, a partir disso, as pautas feministas começaram a aparecer na profissão.

Porém, ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero (LISBOA, 2010, p. 67).

Essa perspectiva de análise se estendeu a alguns segmentos do feminismo marxista, onde considerava-se a questão de classe central, sem levar em consideração as especificidades das mulheres, como sua cor, etnia, classe e sexualidade. Mas, algumas feministas utilizavam-se do aporte teórico-metodológico do marxismo, inclusive dentro do Serviço Social, para questionar essas formas de exploração e dominação. Salientamos a importância de teorias e práticas feministas que sejam feitas de forma transversal, de modo que abarque as especificidades e que represente todas as mulheres.

No ano de 1969 é lançado *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* de Heleieth Saffioti, configurando-se como “a primeira mulher a escrever um livro dentro da academia, centrando sua análise na condição da dominação da mulher” (PINTO, 2014, p. 322). Esse livro é resultado do trabalho

de livre docência de Saffioti, sendo o primeiro a fazer uma análise conjunta do feminismo e do marxismo; na época, foi de extrema importância para o movimento feminista brasileiro, bem como ainda é hoje.

Na Europa e nos EUA, no final da década de 70, e também na América Latina, aparecem várias publicações feministas que se apoiariam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Nessa fase, ocorreu também um criativo debate sobre os conceitos de “produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho (CASTRO, 2001, p. 101).

Entre as décadas de 1970 e 1980, os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista intelectualizado, sob a influência das feministas acadêmicas, tendo muita influência das obras de Beauvoir e Saffioti, mencionadas anteriormente. Na década de 1980, com a redemocratização do país, o movimento ganha força e une-se a outros movimentos sociais, sendo um momento de grande importância, pois até então, o feminismo era voltado para as mulheres da classe média, e nesse momento ganha adesão das camadas populares (ALVES; ALVES, 2013).

Em 1980, inaugura-se o debate da ética no Serviço Social, assume-se claramente no Código de Ética Profissional, aprovado em 1986, a ideia de “compromisso com a classe trabalhadora”: a partir de 1980, profissionais de Serviço Social desenvolvem projetos de extensão junto a comunidades de periferia seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da teologia da libertação: “opção pelos oprimidos” [...]. Algumas profissionais de Serviço Social, de forma isolada, integram movimentos feministas (LISBOA, 2010, p. 71).

Na década de 1990, no Brasil, populariza-se na academia a categoria gênero como um instrumento de análise da realidade social a partir da tradução do texto *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* de Joan Scott, “tornando-se um marco referencial para a produção e atuação feminista no país” (CISNE, 2012, p. 149) e surgem núcleos de estudos e pesquisas sobre temáticas de gênero, violência e outros em todo o país. Nesta mesma época, ganha força a chamada *terceira onda do feminismo*, que vem como uma resposta às falhas

da segunda onda, expandindo as pautas feministas e abarcando a diversidade das mulheres.

Nessa década de 1990, o Serviço Social, aproximando-se dos movimentos feministas “passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras” (LISBOA, 2010, p. 71). Essa aproximação é de grande importância, levando em consideração a feminização da profissão, desde sua gênese, tanto com relação às profissionais, como das usuárias das políticas sociais, área privilegiada de atuação de assistentes sociais, que tem as mulheres como a maioria das usuárias.

Desse modo, reiteramos a necessidade de estudos das relações patriarcais de gênero estarem presentes no Serviço Social, de forma transversal, perpassadas pelas categorias “raça”/etnia, classe e sexualidade para um entendimento dialético da realidade.

2. CÓDIGOS DE ÉTICA, MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

Iniciaremos esse capítulo discutindo sobre a formação acadêmico-profissional dos primeiros dez anos da Escola de Serviço Social de São Paulo, pioneira nos estudos da profissão no país, e depois abordaremos o início do marco decisivo no processo de revisão crítica da profissão, que é o Movimento de Reconceituação, com destaque para intenção de ruptura.

No primeiro tópico, iremos discutir a primeira fase da formação acadêmico-profissional do Serviço Social no país, que apresenta um projeto pedagógico que define a perspectiva conservadora da prática profissional. Posteriormente, iremos abordar o Movimento de Reconceituação, que se trata de um processo de revisão da profissão, impulsionado pelas lutas sociais na América Latina. Através da intenção de ruptura, o Movimento de Reconceituação buscou a renovação profissional, representando um marco decisivo no desencadeamento no processo de revisão crítica da profissão.

No segundo tópico, iremos expor os aspectos sócio-históricos dos primeiros Códigos de Ética de Serviço Social no Brasil e suas implicações para

as/os assistentes sociais, apontando as perspectivas que orientaram e legitimaram o fazer profissional nesses períodos.

No terceiro tópico, discutiremos sobre o Projeto Ético-Político da Profissão, vinculado ao projeto societário que se compromete com a classe trabalhadora. Iremos discutir também o conservadorismo na profissão, no contexto da contrarreforma no país, bem como métodos para o seu enfrentamento.

2.1 Formação profissional do Serviço Social

Como já vimos, o Serviço Social surgiu em torno do conservadorismo e a formação dessas/es profissionais estava vinculada ao pensamento da Igreja Católica, tendo o neotomismo como fundamento a partir das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, que adotavam o posicionamento antiliberal e antissocialista. Diante disso, as perspectivas adotadas pelas/os profissionais eram moralizadoras e revestidas de tecnicismo.

De acordo com Yazbek (1980), a primeira fase da formação acadêmico-profissional no país vai de 1936 a 1945 assinalada através da influência europeia idealista e confessional. Cardoso (2016), em seu artigo sobre a trajetória do Serviço Social e ruptura com o conservadorismo, fez um quadro reunindo os currículos dos primeiros dez anos (1936-1945) da Escola de Serviço Social de São Paulo com base nos dados apresentados nos anexos de Yazbek (1980).

Entre as disciplinas, destacamos: moral, religião, higiene, higiene pré-natal e obstetrícia, denotando uma perspectiva vinculada a aspectos da saúde e moral “para a intervenção social em coerência com a referência positivista sob a qual a explicação dos problemas sociais era colocada nos ditos desajustes e problemas emocionais e/ou biológicos” (CARDOSO, 2013, p. 117). A partir disso, vemos que mesmo sendo adicionadas novas disciplinas e saindo outras a cada ano, trata-se de um projeto pedagógico que define a perspectiva conservadora da profissão.

Assim, tínhamos uma formação que buscava dar bases teóricas e doutrinárias para o profissional a fim de capacitá-lo a compreender a realidade social com um olhar voltado para a dita normalidade, as disfunções, perturbações e patologias às quais

os indivíduos estavam sujeitos para que o profissional pudesse intervir na cura, ajustamento e adequação destes às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade (CARDOSO, 2016, p. 438).

O método positivista era a referência profissional, reafirmando, de acordo com Cardoso “uma pretensa ética neutra que visa o bem comum, como se existisse um único bem para toda a sociedade, sem a análise dos diferentes interesses e necessidades de classe, etnia e gênero” (2017, p. 328). Esse método foi caracterizado a partir do conservadorismo católico que estava presente desde a gênese da profissão no Brasil, cujo começou, a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano. A partir disso, a profissão era perpassada por aspectos morais que irão contribuir para imprimir um

[...] caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como problema moral e religioso numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais (YAZBEK, 2009b, p. 3).

A contribuição do Serviço Social, nesse momento, incidirá na integração das/os suas/seus “clientes” na sociedade a partir da intervenção nos valores e comportamentos destes. Através do positivismo, a prática profissional é feita de modo imediatista e focalizada, sem expectativas de mudanças concretas no que diz respeito às desigualdades sociais, apenas no que tange a manutenção da ordem social vigente.

A partir disso, as ações das/os profissionais eram fragmentadas, sem levar em consideração a análise da totalidade e os antagonismos das classes, legitimando a ordem dominante. Iamamoto afirma que “[...] expressa-se na prática profissional, uma perspectiva voltada para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, tendo em vista sua adequação aos novos ritmos de desenvolvimento” (2013, p. 37).

A perspectiva de ação para o Serviço Social apresenta ações doutrinárias e eminentemente assistenciais que perduraram “até o momento que a profissão

se recoloca em busca de um maior rigor teórico e na construção de um posicionamento em favor da classe trabalhadora” (YAZBEK, 2009a, p. 146).

[...] a ruptura com o serviço social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentrada e explorada (FALEIROS, 1987, p. 50).

Desencadeia-se, então, um novo processo de revisão da profissão, impulsionado pelas lutas sociais na América Latina, expressando-se nas universidades, Ciências Sociais, Igrejas e movimentos estudantis, tendo particularidades em cada país. Esse fenômeno pela busca da renovação profissional se expressa através do Movimento de Reconceituação, já mencionado anteriormente, que representa um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica da profissão no continente. De acordo com Netto (2011, p. 131), este movimento representa

O conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas e demandas sociais e da sua sistematização prática, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Esse movimento explicita a preocupação da categoria profissional em repensar o Serviço Social tradicional, assim como a estrutura excludente do capitalismo. Dessa forma, é proposto um novo projeto de formação profissional levando em consideração as contradições e antagonismos da sociedade capitalista, bem como a exploração de classe, em busca de uma nova sociabilidade humana. De acordo com Iamamoto (2008, p. 209), as principais preocupações desse movimento, foram:

[...] em primeiro lugar, o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países “cêntricos” [...]. Em segundo lugar, verificam-se os esforços empreendidos para a reconstrução do próprio Serviço Social: da

criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo. Em terceiro lugar, uma explícita politização da ação profissional, solidária com a “libertação dos oprimidos” e comprometida com a “transformação social” [...]. Em quarto lugar, a necessidade de se atribuir um “estatuto científico” ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias.

No Brasil, a tendência do Movimento de Reconceituação começa a diminuir por causa da ditadura militar no período da autocracia burguesa, devido as ações de cerceamento a qualquer atitude que pudesse ser considerada contra a ordem. Desse modo, os primeiros movimentos do Movimento de Reconceituação no país, não acompanhou o tempo histórico dos outros países da América Latina, reaparecendo no país anos depois.

Não se tratada de um movimento heterogêneo, havia fragmentações da categoria, divididas entre conservadores, que visavam uma modernização conservadora e revolucionários que visavam uma renovação transformadora para a categoria, bem como um novo projeto societário.

Nesse processo de renovação, entram em disputa diferentes projetos de profissão, cujos são identificados a partir de três direções: *perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura*.

Pela primeira vez, no interior da categoria profissional, rebatiam projetos societários distintos daqueles que atendiam aos interesses das classes e camadas dominantes. Não é preciso dizer, também, que este rebatimento não foi idílico; acarretou polêmicas e diferenciações na categoria – o que, aliás, é uma própria e saudável implicação da luta de idéias (NETTO, 1999, p. 20).

O projeto que ganhará densidade a partir do final dos anos 1970 é a intenção de ruptura, que “[...] forja coletivamente o Projeto Ético-Político, [e] que tem no Congresso da Virada de 1979, em São Paulo, sua mais emblemática expressão” (BOSCHETTI, 2015, p. 641). A partir da intenção de ruptura inicia-se o processo de distanciamento aos substratos teóricos do positivismo, da prática tecnicista e da reprodução do conservadorismo. À medida que isso vai acontecendo, o Serviço Social vai se aproximando do método marxista e as/os

assistentes sociais aparecem com um novo perfil profissional e acadêmico, fortalecendo-se no interior da profissão a direção intelectual e política em busca da ruptura com o conservadorismo.

As décadas de 1960 e 1980, com a ditadura militar no Brasil e a entrada do Serviço Social no ensino superior,³ emergem profundas disputas político-ideológicas dentro do Serviço Social, onde começam-se a expressar “as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionem o *status quo* e contestam a prática institucional vigente” (IAMAMOTO, 2013, p. 40). Muitas/os assistentes sociais, docentes e estudantes de Serviço Social juntaram-se aos movimentos sociais a favor da democracia e lutas das classes trabalhadoras, inclusive movimentos feministas.

O Congresso da Virada transformou-se na referência do processo de ruptura, que ganha força e, na década de 1980, encontra possibilidades objetivas de disputar o que Gramsci chama de hegemonia⁴ no Serviço Social. A partir desse momento, o Serviço Social brasileiro tem como uma de suas prioridades a formação profissional, seja na dimensão acadêmica (com o crescimento das pós-graduações e das pesquisas científicas), ou nas suas dimensões político organizativas (através do debate e ações das entidades organizativas) (Abepss; CFESS, 2011).

É importante ressaltar que o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e a profissão. Porém, não se trata de uma característica exclusiva do Serviço Social, tratando-se de um “[...] alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

A partir disto, a busca pela ruptura irá se expressar, dentre outras formas, com a inserção do Serviço Social no debate brasileiro no âmbito da tradição marxista, pois entende-se que a partir do marxismo há um compromisso em decifrar a realidade, buscando compreender a totalidade, para atuar de forma

³ Com a entrada do Serviço Social nas universidades, há a inserção do diálogo com as Ciências Sociais, Antropologia e Psicologia Social, aproximando, de fato, a formação profissional com a ciência de forma muito mais profícua, distanciando-se da formação vinculada ao neotomismo e positivismo.

⁴ Para compreender a respeito, consultar o conjunto da obra de Gramsci, em especial *Cadernos do Cárcere*.

crítica na realidade social. Para entender a profissão através de uma perspectiva crítica, é necessário, “[...] em primeiro lugar, abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2008, p. 57).

Esse processo de consolidação da profissão, é entendida, a partir de então, como “[...] especialização do trabalho coletivo, inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, tendo como objeto de intervenção a questão social, ao mesmo tempo que rompe com a sua característica acrítica e a-histórica” (OLIVEIRA; CHAVES, 2017). Com isso,

[...] sintonizada com as lutas pela democratização da sociedade, parcela da categoria profissional, vinculada ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa as direções dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional (CFESS, 2008, p. 163).

Desse modo, as/os profissionais comprometidos com as lutas democráticas e da classe trabalhadora, passam a disputar espaço nas direções das entidades da categoria, para que assim suas pautas pudessem ser elencadas, imprimindo uma nova direção política articulada com os movimentos sociais e os sindicatos.

Com relação à formação acadêmico-profissional, houve articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, culminando em um novo currículo mínimo que dará continuidade à intenção de ruptura, articulando o projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e a opressão, sustentado na teoria social de Marx. Algumas destas expressões foram:

Elaboração do currículo de 1982 pela Abess, com ampla participação das unidades de ensino, que definiu um projeto pedagógico de formação profissional que apresentou como pressupostos: a teoria social em Marx; o trabalho como categoria fundante do ser social; as múltiplas determinações do capitalismo monopolista; a ruptura com o positivismo, o funcionalismo e o ecletismo; a adoção do pluralismo; a profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho e de assalariamento; a direção social da profissão, articulada à perspectiva emancipatória (ABRAMIDES, 2016, p. 468).

Porém, ocorreram algumas lacunas no currículo de 1982 que se expressaram através da “[...] separação entre história, teoria e método e insuficiente apreensão da totalidade social que só serão superados com as diretrizes curriculares de 1996” (ABRAMIDES, 2016, p. 468). Desse modo, acarretará em formulação de debates com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e as unidades acadêmicas para superarem essas brechas, que serão discutidas no próximo tópico.

Apesar do enfrentamento ao conservadorismo ter se hegemonizado no interior da profissão, não significa que foi extirpado, até porque se caracteriza como uma expressão das relações sociais dentro da sociabilidade capitalista. Porém, de todo modo, esse movimento trouxe grandes avanços tanto para a formação acadêmica, como para a prática profissional, possibilitando a construção das bases do Projeto Ético-Político Profissional, que se materializa nos anos 1990, e que discutiremos mais à frente.

2.2 Caminhos percorridos pelos primeiros Códigos de Ética

Iniciaremos delineando o percurso dos Códigos de Ética das/os assistentes sociais no Brasil, para podermos discutir as especificidades de cada um. Esses Códigos de Ética denotam os aspectos relacionados à profissão, refletindo o projeto societário defendido pela categoria a cada tempo, como um reflexo dos valores vigentes nas sociedades nas quais se inserem.

O decurso histórico dos Códigos de Ética do/a Assistente Social é marcado por mudanças, assim como os valores e os fundamentos que legitimaram cada código em seu determinado tempo. É válido considerar uma breve análise da trajetória das mudanças obtendo os Códigos de Ética do Serviço Social de 1947, 1965, 1975 e 1986 como parâmetros metodológicos para assim, visualizar o cenário atual, de predominância dos valores do Código de Ética de 1993, dando destaque à liberdade, e, como se constitui o projeto profissional contemporâneo do Serviço Social (SILVA, 2015, p. 1).

O primeiro Código de Ética das/os assistentes sociais é de 1947 e foi elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), expressando estreita vinculação do Serviço Social com a Igreja Católica, a partir

de seu caráter humanista e doutrinário baseado no neotomismo⁵, como podemos ver na “Seção I: Deveres Fundamentais”:

É dever do Assistente Social:

1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus (ABAS, 1947, p. 1).

Também podemos ver na Seção II “Deveres para com o beneficiário do Serviço Social: I – É dever do Assistente Social 1. Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade da pessoa humana, inspirando-se na caridade cristã” (Idem, p. 2). Esses deveres profissionais se estabelecem a partir de aspectos doutrinários e subordinados aos dogmas religiosos, reafirmando a conduta conservadora da profissão e incidindo para que as pessoas fossem educadas/os para determinarem suas escolhas de acordo com os valores cristãos.

Quase duas décadas após esse código, seguem-se revisões necessárias a uma profissão que se consolida em um novo contexto histórico e que exige novos princípios e deveres profissionais, mas que reafirma seu conservadorismo moral. No debate da ética profissional, a defesa do Bem Comum, que na década anterior vinculava-se à harmonização entre as classes sociais, é substituída pela adesão ao ideário desenvolvimentista; pela ênfase na necessária elevação de grupos populacionais e patamares que os poderiam conduzir à superação da condição de pobreza, na construção de um novo país (GUEDES, 2016, p. 34).

O Serviço Social, na década de 1960, se aproxima do ideário da democracia, mas ainda mantém aproximações conservadoras do primeiro Código de Ética ao continuar tendo as influências dogmáticas do neotomismo como base. Todavia, o Código de Ética de 1965 revela alguns aspectos da renovação profissional, apresentando traços de laicização ao não constar as palavras “Deus” nem “cristão”. Porém, ainda manifesta o pensamento

⁵ Neotomismo é a retomada do pensamento de São Tomás de Aquino, e segundo essa corrente, há dois atributos que constituem as pessoas: a inteligibilidade e a liberdade. Desse modo, a partir da inteligibilidade, entende-se que as pessoas podem superar sua própria condição.

conservador nos deveres profissionais, assim como na descrição dos seus princípios. Nesse Código,

Prevalece a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores propulsionadores do Serviço Social (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 151).

Um dos traços de renovação do Código de Ética de 1965 é o cientificismo como uma de suas tendências teórico-metodológicas. Esse fato demonstra “[...] as necessidades do movimento de reprodução do capital, nos marcos da autocracia burguesa, [que] impunham às profissões, e entre elas o Serviço Social, o aprimoramento dessas bases científicas” (GUEDES, 2016, p. 34).

Sem referências às classes sociais, a associação entre os deveres dos assistentes sociais e a construção do bem comum adquire um novo sentido neste código, em relação ao que caracteriza no código anterior (1947). Esses deveres não se referem mais à idealização de projeto profissional vinculado à amenização do confronto entre essas classes; associam-se agora, ao ideário desenvolvimentista que, entre seus pilares, atribui a precariedade material ao atraso cultural, decorrente do não acesso à capacitação para a integração no progresso social. O bem comum é, então, associado ao aprimoramento técnico e científico (Idem, p. 36).

Netto (2011) ao discutir o período em que se institui a autocracia burguesa no país, cujo tem seu marco em 1964, um ano antes da promulgação desse Código de Ética, destaca que havia uma modernização conservadora na época. De acordo com Guedes (2016, p. 36), esse momento tratava-se, então, do fato de que a “[...] ordem burguesa, em nome do desenvolvimento, acirra contradições entre as classes sociais, controla as lutas sociais; [a partir disso] preconiza-se o progresso sob atividades econômicas voltadas ao mercado externo”.

No ano de 1967 foi realizado o Seminário de Araxá⁶ cujo foi o primeiro seminário de uma série de vários que irá pautar o Movimento de

⁶ Para saber mais sobre os Seminários de Araxá e Teresópolis indicamos a leitura de Netto (2011).

Reconceituação, que discutiremos mais a fundo no próximo tópico. Outro seminário de grande importância para o Serviço Social foi o chamado Seminário de Teresópolis. Tendo em vista atender as determinações do momento histórico e expressar as reflexões que foram pautadas nestes seminários, foi promulgado outro Código de Ética em 1975. Este código caracteriza-se

[...] por conteúdo insuficiente no que se refere às questões fundamentais da profissão. Reconhece ainda o Estado como gestor do bem comum, numa perspectiva neotomista e acrítica. Como decorrente dos elementos pontuados no Código, o Serviço Social assume a prática dentro de uma perspectiva de transformação e participação social. Esses princípios, entretanto, apenas reproduzem a ordem estabelecida, uma vez que não enfatizam a capacidade crítica e transformadora do homem como ser histórico (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 152).

O Código de Ética de 1975, juntamente com os outros dois primeiros códigos (1947 e 1965), expressaram a defesa de um projeto societário conservador e tradicional, voltado para a manutenção do capitalismo. Este código “suprimiu as referências democrático-liberais do Código anterior, configurando-se como uma das expressões da *reatualização do conservadorismo* profissional” (BARROCO; TERRA, 2012; grifos nossos). A partir das lutas enfrentadas desde o início da ditadura militar, constatou-se pelas/os profissionais haver uma insuficiência no Código de 1975 no tocante a concepção da profissão.

É apenas no início da década de 1980 que algumas produções teórico-críticas surgem no Serviço Social (ARALDI, 2007). Essa perspectiva de análise foi introduzida no Serviço Social brasileiro em 1982, a partir do livro “Relações Social e Serviço Social no Brasil” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho. Essa década foi muito importante para a profissão, havendo mudanças importantes que foram delineadas no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como “Congresso da Virada”, discutiremos mais essas mudanças no tópico seguinte.

2.3 Projeto Ético-Político do Serviço Social: fundamentos, desafios e perspectivas

Os anos 1990 foram de grandes transformações para o Serviço Social brasileiro. Destacamos três documentos que foram construídos coletivamente pela categoria e que constituem o Projeto Ético-Político da profissão: Lei de Regulamentação da Profissão (1993), Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996) no qual estão relacionados, em larga medida, às lutas sociais.

O Projeto Ético-Político se desenvolve a partir da intenção de ruptura com a origem conservadora da profissão, através do Movimento de Reconceituação, no processo de redemocratização da sociedade brasileira. As/os assistentes sociais envolvidas/os contaram com a reorganização da classe trabalhadora, afirmando o compromisso com a mesma e com os movimentos sociais, expressando-se através do projeto societário defendido pela categoria.

Todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política. Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas são a burguesia e o proletariado. Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 4).

Desse modo, os projetos profissionais estão alinhados a um projeto societário, que está presente na dinâmica de qualquer projeto coletivo, podendo partir de uma perspectiva mais conservadora ou transformadora. Além disso, é necessário que a dimensão ética e política desses projetos estejam em sintonia com prática profissional. Com isso, o Projeto Ético-Político do Serviço Social expressa o reconhecimento da categoria profissional como integrantes da classe trabalhadora, fortalecendo suas bases e tendo como horizonte a superação do atual projeto societário.

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

O enfrentamento ao conservadorismo, no âmbito da profissão, é de caráter político. É preciso, para fortalecer esse enfrentamento, que a categoria profissional esteja organizada com uma base social de sustentação juntamente com as entidades de representação, unidades de ensino, estudantes, professores e profissionais (BARROCO, 2011). Destarte, a resistência e o enfrentamento ao conservadorismo deve ser uma prática profissional constante, com trabalhadoras/es que se mantenham na defesa dos direitos sociais e de apoio às lutas contra todos os tipos de opressão.

Também é necessária uma aproximação com outras categorias profissionais, sindicatos, movimentos sociais e estudantis para avançarmos politicamente, porém é importante clareza quanto as limitações.

A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do mundo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente (BARROCO, 2011, p. 212).

O conservadorismo tem raízes históricas na profissão, isso implica dizer que mesmo com o Projeto Ético-Político, não estamos imunes a ele, sendo necessário uma formação profissional comprometida e atualizada, preparo técnico e teórico, consciência crítica e política, buscando “conhecer nossa categoria, nossos alunos e a população que atendemos para que não sejam reproduzidos mitos e idealizações” (BARROCO, 2011, p. 213).

A aproximação com a tradição marxista e o aprofundamento da interlocução com o pensamento marxiano forneceram as bases materiais para a construção do Projeto Ético-Político Profissional, bem como a fundamentação teórica-metodológica de apreensão da realidade sob uma perspectiva de totalidade. Desse modo, se dá sequência ao processo de hegemonia contra o imediatismo, o conservadorismo e a suposta neutralidade que foi defendida pelo Serviço Social tradicional. Sobre o Projeto Ético-Político, Iamamoto nos diz que:

Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade

do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615; grifos da autora).

Na década de 1990, no Brasil, consolidou-se o que Behring (2008) chama de contrarreforma. Este termo é usado pela autora ao referir-se às expressões do projeto neoliberal, pois ela afirma que não se tratam de reformas, visto que as expressões do neoliberalismo estão destituídas do conteúdo progressista que a palavra reforma carrega.

De acordo com Behring, “o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contra-reforma do Estado” (2008, p. 129). Seus impactos também reverberam dentro do Serviço Social, sendo necessário para o seu rebatimento um caráter teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da categoria profissional que vise combater a incidência dessas expressões dentro da profissão, defendendo uma formação crítica com direção social e política que reafirme o Projeto Ético-Político.

A construção dessa cultura profissional crítica, nominada na década de 1990 de projeto ético-político, se consolida, inclusive com importantes interações além do Serviço Social, no campo mais amplo da esquerda no Brasil e também em dimensão internacional, especialmente por meio das interlocuções realizadas nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social. A produção bibliográfica bem como a participação efetiva de segmentos da categoria em espaços políticos de representação, se amplia para temas e questões relacionadas à diversidade humana, com ênfase: na agenda e lutas no universo feminista; na questão étnico racial; na diversidade sexual e na identidade de gênero, dentre outros aspectos que evidenciam a complexidade da individualidade. Embora esses temas estivessem presentes anteriormente, é no decurso da década de 2000 que assumem mais visibilidade e se tornam presentes no debate coletivo da profissão (CISNE; SANTOS, 2018, p. 17-18).

Os cursos de graduação de Serviço Social, no Brasil, seguem as Diretrizes Curriculares de 1996 que, dentre outras determinações, estabelece dentro da formação um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos

problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social" (ABEPSS, 1996, p. 5).

As diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, são frutos dos amplos debates acadêmicos em oficinas locais, regionais e nacionais (IAMAMOTO, 2014) e expressam uma perspectiva crítica e emancipatória, assim como avançam na apropriação da teoria social crítica e do método. Essas diretrizes estão estruturadas por núcleos articulados entre si, instituindo três eixos básicos nos quais se estruturam os cursos de Serviço Social.

Esses eixos, que são interdependentes e não hierárquicos, servem como elementos norteadores para organizar o processo de formação profissional e denominam-se: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Os três núcleos agregam o conjunto dos componentes curriculares: disciplinas, seminários, oficinas, atividades de pesquisa e extensão e atividades complementares (LIMA, 2014, p. 56).

Em 2001, as Diretrizes Curriculares foram homologadas pelo Ministério da Educação, sofrendo forte descaracterização no tocante à direção social da formação profissional ao ter aspectos importantes do texto original substituídos ou suprimidos (IAMAMOTO, 2014). A partir desse fato,

O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos. Essa total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado (IAMAMOTO, 2015, p. 446).

As Instituições de Ensino Superior (IES), no Brasil, estão em constante processo de contrarreforma com o sucateamento das universidades públicas, popularização do ensino à distância (EAD) e o caráter expresso na lógica de mercado das instituições privadas. Deste modo, a materialização da formação universitária torna-se um desafio e exige um especial empenho coletivo das unidades de ensino e entidades da categoria na defesa da preservação e

implementação do projeto original, impulsionando a luta pela hegemonia no nível teórico e acadêmico do Serviço Social (IAMAMOTO, 2015).

É necessário, em tempos de ofensiva conservadora, elucidarmos a defesa por uma educação pública de qualidade, bem como discussões profissionais críticas em consonância com o Projeto Ético-Político para que as/os profissionais possam “compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes” (IAMAMOTO, 2013, p. 192).

Defendemos como horizonte estratégico a luta pela superação das desigualdades e que a apreensão das discussões (potencializadas no âmbito da formação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão) se expresse na prática profissional, aliada ao combate de qualquer tipo de opressão e exploração.

3. GÊNERO, PATRIARCADO E SERVIÇO SOCIAL: (des)encontros na produção acadêmica, uma análise do XVI ENPESS

Compreender o processo histórico de opressões que as mulheres sofreram e sofrem, no Brasil, é importante para entendermos as raízes destas opressões a partir de uma análise crítica. Entendendo, deste modo, que estas opressões não são naturais e sim construídas socialmente.

Nesse capítulo, discutiremos patriarcado e racismo como sistemas de opressões estruturados a partir de relações de poder que se reatualizam e se fortalecem com o modo de produção capitalista. Analisaremos esses dois sistemas a partir de uma perspectiva de classe, já que atuam de forma transversal.

Também iremos analisar a produção acadêmica do Serviço Social, através do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social, a partir da produção sobre gênero, juntamente com as categorias classe e “raça”/etnia, que em seu conteúdo tratem de pautas feministas e/ou problematizações sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira.

3.1 Gênero, “raça”/etnia e classe: a condição das mulheres nas relações sociais brasileira

De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado tem mais de 5.200 anos, tendo sua consolidação histórica relacionada à emergência e produção da propriedade privada. A partir dele, aponta-se o vetor dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, que “[...] se constitui em um único fenômeno, apresentando duas faces” (Idem, p. 106). Dessa forma, a dominação e exploração não podem se dar de maneira separada, pois se misturam e se manifestam de variadas formas na vida das mulheres.

Com o início da propriedade privada, surge a necessidade da monogamia, que vigorou e vigora, até hoje, de forma diferenciada para os homens e as mulheres. A necessidade da monogamia vem “para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos” (ENGELS, 2012, p. 79), já que um dia essas/es filhas/os herdarão os bens da família. A monogamia também surge com a necessidade de garantir mais força de trabalho.

[...] Posteriormente à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filhos (as), escravos e bens materiais ligados a produção. Se não temos dados históricos com os quais podemos provar que é com a propriedade privada que ocorre origem da subordinação da mulher, não temos dúvida que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural (CISNE, 2013, p. 122).

De acordo com Saffioti (2015), duas características marcaram as bases da constituição do patriarcado: 1. A produção do excedente econômico, bem como da propriedade privada e, portanto, da constituição da família monogâmica, através da qual a mulher perde sua autonomia e passa a existir em função da família. 2. A partir do momento em que os homens descobriram seus papéis no ato da fecundação, já que antes de saberem, achavam que esse era um poder das mulheres, sendo vistas como seres poderosos e mágicos.

Através da colonização do Brasil, baseado em um modelo escravista e patriarcal, que as marcas de subordinação e dependência foram forjadas a partir das relações de dominação e opressão acometidas às índias e mulheres negras. Essas mulheres eram vistas como “de sexo bom para fornicar, de braço bom de trabalhar, de ventre fecundo para prenhar” (RIBEIRO, 1995, p. 48).

A história de luta das mulheres, no Brasil, por seus direitos é tão longa quanto a história deste país, embora ela não seja reconhecida, contada ou visibilizada, senão pelos esforços das próprias mulheres e de alguns poucos homens. O racismo, consequência inevitável do colonialismo, promoveu o genocídio de vários povos indígenas, e a exclusão dos povos de origem africana; enquanto o sexismo se encarregou de eliminar os registros de resistência e luta das mulheres no Brasil, fossem elas indígenas, de origem africana ou européia, imigrantes ou brasileira (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002, p. 2).

Com a colonização, mulheres negras e índias tiveram que lidar, além de inúmeras violências, com a exploração sexual “seja para fins de realização do prazer dos homens, seja para aumentar a população escravizada, ou seja, a força de trabalho para acumulação” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 103). Neste cenário, dar-se-ão as primeiras expressões do racismo e do patriarcado no país.

[...] o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e mão de obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava (AGUIAR, 2000, p. 308).

Tanto as mulheres indígenas, como as negras, sofreram dominação e exploração consideravelmente mais elevadas do que as que os índios e os negros sofriam. Angela Davis, mulher negra, professora e filósofa dos Estados Unidos, escreveu um livro chamado *Mulheres, raça e classe*, no qual trata de racismo e sexismo na sociedade escravista e no contexto do capitalismo, partindo da realidade empírica do seu país. Apesar disso, ela traz aspectos que são marcas da escravidão brasileira, sendo, desse modo, comum à condição da mulher escravizada.

Davis afirma que aos olhos dos seus proprietários, as mulheres escravizadas “[...] eram ‘reprodutoras’ - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. [...] suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe” (2016, p. 19). Essas

mulheres não eram vistas como humanas, mas como propriedades e objetos, ou seja, “meras” reprodutoras da força de trabalho.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Idem, p. 19).

No período escravista, tanto as mulheres como os homens escravizados eram submetidos pelos seus “proprietários” a diversos tipos de violências, como “deformações físicas resultantes de excesso de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeito mortal para o escravo” (NASCIMENTO, 1978, p. 57). Desde que chegaram ao Brasil, as/os escravas/os eram vistas/os unicamente como força de trabalho e, as mulheres, além disso, eram vistas como reprodutoras de novas/os escravas/os.

Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam e ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (NASCIMENTO, 1978 p. 49).

Por causa da nossa história, que sofreu dominação de outros povos, a base material da construção e história do país, a partir da colonização, é sustentada pelo racismo, sexismo e patriarcado. O racismo, no que concerne à população negra e indígena, está enraizado na sociedade brasileira e se manifesta de forma contínua, se reatualizando cotidianamente de diversas formas e em diversos âmbitos sociais.

Compreendemos com nitidez que a relação entre racismo e patriarcado é histórica, fazendo parte da formação da sociedade brasileira, perdurando até os dias de hoje com um legado fortemente presente nas relações sociais. Segundo

Cisne (2014, p. 61) “as relações sociais de ‘raça’ e sexo extrapolam o sistema em que vivemos, ainda que tenham sido incorporados por ele, mas, nem surgiram tampouco se esgotam nele”. Dito isso, entendemos que as análises sobre as categorias gênero, classe e “raça”/etnia devem ser feitas de maneira enoveladas, como defende Saffioti (2004, p. 125):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado – racismo – capitalismo – historicamente constituída.

Desse modo, a partir das afirmações de Saffioti (2004), compreendemos que as expressões advindas do patriarcado, racismo e capitalismo não atuam de formas isoladas, nem compõem apenas relações superpostas ou adicionais. Tratar as opressões de gênero, “raça”/etnia e classe de forma “adicional”, é cair na segmentação positivista. É preciso entendê-las como um “nó” para se fazer uma análise dialética.

Torna-se impossível fazer uma leitura crítica da realidade das mulheres brasileiras, bem como da complexidade de classes, sem levar em consideração as questões raciais, assim como de classe e sexo. Dessa forma, partir apenas da análise de classe nas relações sociais, assim como defendia alguns marxistas no século XX e grupos sociais, é insuficiente para sua compreensão dialética, devendo-se analisar de forma imbricada com as relações sociais patriarcais, de gênero e “raça”/etnia.

[...] as mulheres negras e indígenas pouco se beneficiaram das conquistas das brasileiras [...]. As mulheres negras ainda ocupam a base da pirâmide social: desempenham as profissões consideradas de menor prestígio; apresentam o maior índice de desemprego; e recebem os menores salários dentre a população economicamente ativa, mesmo quando atingem os mesmos níveis educacionais de mulheres e homens brancos/as. As mulheres negras apresentam um índice de analfabetismo

três vezes maior do que o das mulheres brancas. As mulheres indígenas permanecem à margem do processo de inclusão social: além de apresentar um alto índice de analfabetismo, são poucas as que têm acesso à ocupação profissional, a não ser aquelas reconhecidas no interior da aldeia (PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA, 2002, p. 17).

Lélia Gonzalez, ao falar de racismo, diz que para a sociedade a mulher negra “naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (1984, p. 224). Dessa forma, quando essas mulheres rompem com lugares subalternizados, causam “estranheza” nas pessoas, que muitas vezes expressam o seu racismo não só em mulheres negras das classes mais baixas, também de classe média e alta, perpassando a questão de classe.

Dentre os incontáveis exemplos dessa expressão do racismo, resgatamos o que aconteceu com Luana Tolentino: historiadora, professora e estudante de mestrado, que foi parada na rua e questionada por uma mulher se ela fazia faxina⁷. A partir desse fato, indagamos: Será que essa senhora teria abordado Luana na rua se a sua pele fosse clara? Ao ser entrevistada para falar sobre o caso, Luana relatou⁸:

- Primeiro eu tive um impacto, mas infelizmente é algo recorrente. É como se fosse um soco no estômago e você perde o ar, sabe? Mas aí, como a gente passa por um longo processo de afirmação, eu consegui responder. Ela não respondeu mais e ficou impactada pela minha resposta. Ela foi andando pra trás e ficou me olhando e eu segui. A linguagem corporal dela disse muito. Acho que o constrangimento dela impediu que ela dissesse qualquer coisa.

A representação social das mulheres negras está pautada em práticas e estereótipos racistas que têm como uma das formas mais eficazes de opressão a desqualificação de tudo o que remete à sua cultura, valores e tradições. Os casos de racismo e preconceito são reproduzidos diariamente nos mais diferentes espaços e classes sociais, como foi o caso de Luana Tolentino, citado

⁷ “‘Você faz faxina? Não, faço mestrado. Sou professora’, diz Luana Tolentino”. *Esquerda Diário*. Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Voce-faz-faxina-Nao-faco-mestrado-Sou-professora-diz-Luana-Tolentino> > Acesso em: 02 ago 2018.

⁸VIANA, Gabriela. “Você faz faxina?” Perguntou uma mulher, e a resposta foi: Não. Faço mestrado”. Geledes. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/voce-faz-faxina-perguntou-uma-mulher-e-resposta-foi-nao-faco-mestrado/> > Acesso em: 02 ago 2018.

anteriormente. De acordo com Xavier “a mulher negra é sempre vista como um objeto, sujeito sem humanidade, lasciva, amoral, com baixa capacidade intelectual, que faz dela vulnerável à violência e à violação dos direitos (XAVIER, 2016, p. 38).

O racismo e o patriarcado começaram a fazer parte da nossa cultura antes do capitalismo e a partir da colonização. Estas formas de dominação e opressão se fortaleceram com o advento do capitalismo e as consequências disto são que “o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão” (DAVIS, 2016, p. 17).

A base material do patriarcado e do racismo mantem-se fortalecidas com o capitalismo, se reatualizando a cada dia, com isso ressaltamos a necessidade da luta pelo fim desse projeto societário que tem inúmeras formas de expressão de dominação-exploração na vida das mulheres, com as suas especificidades de classe, cor e etnia. Realçamos a contribuição do materialismo histórico dialético nas análises, a partir da busca da essência dessas opressões, de modo a identifica-las e contribuir na construção conjunta de ferramentas para a superação do modo de produção racista, capitalista e patriarcal.

3.2 Produção acadêmica e Serviço Social: pautas feministas como objeto de estudo

Inicialmente, pesquisamos todos os trabalhos de apresentação oral, nos oito eixos temáticos⁹ do XVI ENPESS¹⁰, que em seu conteúdo tratem de pautas feministas e/ou problematizações sobre a condição das mulheres na sociedade brasileira. Para isso, usamos os seguintes eixos norteadores do processo de mapeamento: gênero, feminismo, feminismo negro, patriarcado, mulheres, mulheres negras, lésbicas e relações patriarcais de gênero.

⁹ Os eixos temáticos são: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Política Social e Serviço Social; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidade; Classes Sociais, Geração e Serviço Social.

¹⁰ O XVI ENPESS foi realizado na cidade de Vitória/ES, no período de 03 a 07 de dezembro de 2018, tendo como tema central “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistência e Serviço Social”.

Partimos do materialismo histórico e dialético como método de sistematização da metodologia da pesquisa, por considerarmos que o mesmo permite apreender a totalidade, abarcando um conhecimento teórico que vai além da aparência, buscando a essência do objeto (NETTO, 2011). Desta forma, entendemos que a compreensão da realidade está em perceber de forma histórica e crítica as relações sociais em seus antagonismos, contradições e correlações de forças.

Nessa perspectiva, que é crítica, histórica e ontológica, o sujeito que quer conhecer não apenas descreve, mapeia ou retrata. Esse é um trabalho pré-teórico importante. Mas o central nessa linha de análise é que o sujeito procura reproduzir idealmente o movimento do objeto, extrai do objeto as suas características e determinações, reconstruindo-o no nível do pensamento como um conjunto rico de determinações que vão além das suas sugestões imediatas (BEHRING; BOSCHETTI. 2010, p. 38).

Foram apresentados 989 (novecentos e oitenta e nove) trabalhos na modalidade comunicação oral, sendo 67 (sessenta e sete), ou seja 6,8%, apresentados a partir dos eixos norteadores mencionados anteriormente e que atendem os critérios da pesquisa. O eixo com mais trabalhos encontrados foi “Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidade”, como já era esperado, com 55 (cinquenta e cinco) trabalhos. Nos outros eixos, a quantidade de trabalhos encontrados não passou de 3 (três) em cada um, porém o fato de encontrarmos trabalhos sobre mulheres e/ou feminismo em todos os eixos do XVI ENPESS, mostra que esses estudos têm conseguido ganhar espaços na produção acadêmica do Serviço Social.

Desse universo de 67 (sessenta e sete) artigos encontrados, investigamos 30 (trinta) perpassando por todos os oito eixos temáticos, que foram sorteados aleatoriamente. A partir desses artigos, analisamos as seguintes informações: principais eixos norteadores; resultante de qual tipo de pesquisa; diálogo (ou a falta) com a formação profissional da/o assistente social, assim como o Projeto Ético-Político; autoras/es centrais e principais categorias utilizadas.

No gráfico abaixo, apresentamos a quantidade de vezes que cada eixo norteador foi apresentado nos trabalhos, sendo gênero a que mais apareceu

(14), seguido de patriarcado (4), mulheres (3), feminismo (3), relações patriarcais de gênero (3), mulheres negras (3), lésbica(s)¹¹ (2) e feminismo negro (1).

Gráfico 1 – Quantidade de vezes que cada eixo norteador foi mencionado nos artigos do XVI ENPESS



Fonte: a autora.

A partir do gráfico 1, vemos que gênero aparece em um número bem maior que os outros eixos. Já as palavras-chave “lésbica(s)” e “feminismo negro” foram as que menos tiveram resultados, sendo uma expressão do déficit histórico na produção acadêmica. Uma das formas de tentar superar essa lacuna vem das atividades e discussões propostas pelas entidades representativas, desencadeando reflexões tanto sobre as mulheres negras, como mulheres não heterossexuais. Com relação à diversidade sexual, Cisne e Santos (2018, p. 149) dizem que:

[...] houve dificuldades no campo crítico do Serviço Social, do reconhecimento da diversidade sexual como tema legítimo e de interesse real da profissão, mesmo sob as bases teórico-metodológicas que proporcionaram a “intenção de ruptura”. [...] Apesar de ampla incorporação da temática à profissão, permanecem inúmeros limites e desafios.

¹¹ Somamos a esse termo os resultados das palavras “lésbicas” e “lésbica”, cada uma com um artigo.

O Serviço Social brasileiro tem incorporado paulatinamente as discussões de demandas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo) na agenda de lutas da categoria profissional. Isso tem se dado a partir de resoluções que tratam do tema, campanhas como “O amor fala todas as línguas” realizada pelo Conjunto CFESS-CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social) em 2006, chamadas para artigos em dossiês especiais em revistas como Serviço Social e Sociedade, Temporalis, Em Pauta, Katalysis e Ser Social.

Outro passo importante para o avanço nas discussões de gênero, patriarcado, sexualidade e “raça”/etnia foi a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades que tem como objetivo propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa com o intuito de fortalecer discussões sobre esses temas no âmbito do Serviço Social (ABEPSS, 2015). Além disso, tem crescido muito e ganhado visibilidade a quantidade de discussões sobre gênero em grupos de estudo e pesquisa, tanto no âmbito da graduação como da pós-graduação; artigos; trabalhos de conclusão de curso; dissertações; teses.

A questão racial, e mais especificamente das mulheres negras, é uma discussão extremamente importante para o Serviço Social, levando em consideração os impactos do racismo na dinâmica das relações sociais de produção e reprodução da vida social e do capital. Essa discussão, consubstanciada pelas questões de gênero e classe, deveria fazer parte da formação acadêmico-profissional pois sua ausência contribui para que haja uma lacuna na atuação profissional, que deve ser antirracista e comprometida na luta contra as discriminações, incluindo as de “raça”/etnia.

O Conjunto CFESS-CRESS, na gestão 2003-2005, fez uma campanha nacional de combate ao racismo intitulada de “O Serviço Social mudando os rumos da história”. Recentemente, em setembro de 2018, o chamado NUCRESS¹², justamente com o CRESS de São Paulo, organizou um importante

¹² “NUCRESS são organizações de profissionais Assistentes Sociais inscritos no CRESS – 12ª Região, vinculados a esse Conselho profissional e que têm por finalidade a articulação e organização dos/das Assistentes Sociais da respectiva circunscrição no intuito de interiorização,

evento chamado “Seminário Racismo Institucional e os desafios para o Serviço Social”, com o intuito de debater a temática racial levando em consideração a atuação profissional. Também, em 2018, a gestão 2017-2020 do Conjunto CFESS-CRESS iniciou a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, sendo realizadas uma série de atividades mobilizando assistentes sociais e a população e, inclusive, essa campanha é tema da agenda de 2019 da categoria profissional.

Torna-se necessário que a categoria se aproprie cada vez mais dessas questões sob a perspectiva da totalidade, para que sejam profissionais comprometidos com o que preconiza o Projeto Ético-Político Profissional na busca pela equidade e justiça social.

Que a atuação profissional seja inspirada em uma visão capaz de desnaturalizar o que se apresenta como real e caminhe na perspectiva revolucionária de uma ação totalizante e não fragmentada. Sem fatalismos ou ações individuais, particularizadas e focalizadas, mas com possibilidades concretas de enfrentamento às desigualdades e assimetrias impostas pela ordem capitalista (DIAS, 2015, p. 328)

A partir do momento em que vivemos numa sociedade estruturada a partir de opressões, para além de um compromisso com a profissão, devemos ter um compromisso político com os grupos socialmente oprimidos e explorados na busca de uma sociedade mais justa, sem racismo, machismo patriarcado, classismo e LGBTfobia. Para isso, também é necessário que nos reconheçamos enquanto sujeitos pertencentes a esses grupos, somando vozes para ecoar nossa resistência cada vez mais forte.

Analisamos o quantitativo de trabalhos que dialogam diretamente com a formação profissional das/os assistentes sociais e/ou com o nosso Projeto Ético-Político. Dos 30 (trinta) trabalhos pesquisados, 17 (dezessete) deles não dialogam e 13 (treze) sim. Em todos os 8 (oito) eixos temáticos foram encontrados trabalhos que discutem as relações de gênero transpassado com o debate profissional.

descentralização e democratização da gestão política do CRESS”. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/associacoes-nucleos-e-grupos/>>. Acesso em 26 jan, 2019.

O debate em torno da questão de gênero no âmbito do Serviço Social perpassa pela compreensão das expressões da questão social na atualidade, partindo do entendimento do Serviço Social como uma profissão que atua diretamente nessas expressões, por meio da inserção profissional nas políticas sociais que tem como principal usuário/a as mulheres, mulheres negras e das classes subalternas (GOIS; CAVALCANTE; FRANÇA, 2018, p. 6).

Verificamos entre os 30 (trinta) artigos quantos deles fazem as análises sobre as categorias gênero, classe e “raça”/etnia de maneira interseccional e, dentre esse universo, 23 (vinte e três) fazem e 7 (sete) não. Entre os treze artigos que dialogam diretamente com a formação profissional de assistentes sociais e/ou com o Projeto Ético-Político, 12 (doze) analisam gênero, classe e “raça”/etnia de forma transversal, enquanto só um analisa a categoria gênero de forma isolada.

Defendemos que as análises sobre as categorias gênero, classe e “raça”/etnia devem ser feitas de maneira interseccional, levando em consideração a realidade social, que deve ser considerada sob a perspectiva de totalidade, sendo incompatível essa análise a partir de um prisma que tenta enxergar uma realidade fragmentada.

Ressaltamos a importância do resultado sobre os artigos que dialogam com a formação acadêmica e com o nosso Projeto Ético-Político Profissional, ao passo em que 92% dos trabalhos analisados utilizam-se de uma visão crítica dos componentes que estruturam as relações sociais (gênero, classe e “raça”/etnia), entendendo que as expressões do patriarcado, racismo e capitalismo não atuam de maneira isolada, dessa forma compreendendo a sua inter-relação.

O Serviço Social, sendo uma profissão inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, precisa utilizar-se da análise crítica das estruturas da sociedade, levando em consideração o patriarcado, racismo e o capitalismo para compreender a realidade social, bem como as particularidades das múltiplas expressões da questão social.

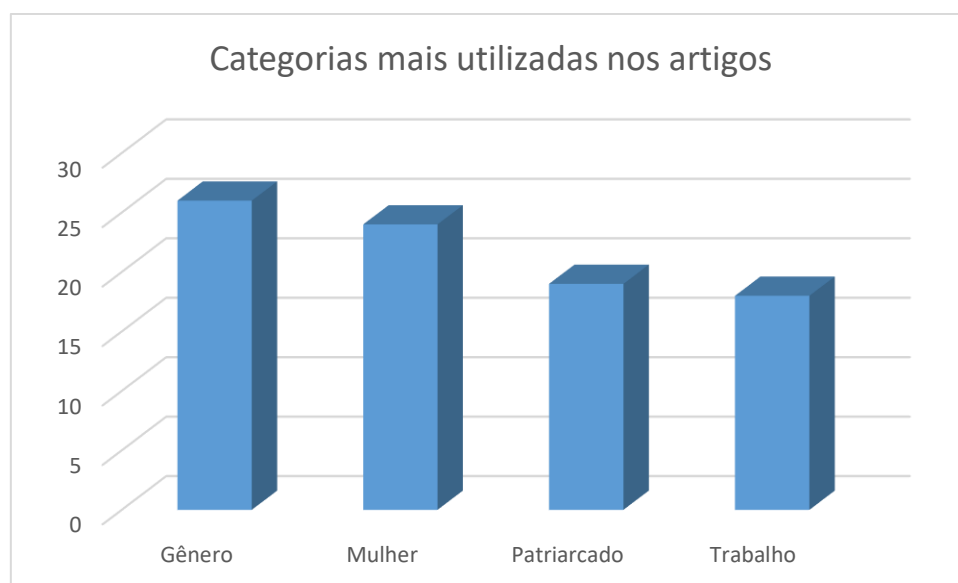
As autoras que foram citadas em mais artigos foram: Heleieth Saffioti, em sete artigos; Mirla Cisne em seis, com obras individuais, e em três artigos com obras coletivas; Danièle Kergoat em três, com obras individuais, e em quatro artigos com obras coletivas.

A obra mais citada foi *Gênero, patriarcado e violência*, de Heleieth Saffioti, sendo citada em cinco artigos; seguida de *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*, de Mirla Cisne, citado em quatro e *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*, da socióloga francesa Danièle Kergoat.

Entre os trabalhos de Serviço Social, as obras mais utilizadas foram *Gênero, patriarcado e violência* (Saffioti, 2004); *Feminismo e consciência de classe no Brasil* (Cisne, 2014); *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social* (Cisne e Santos, 2018) e *A teoria das relações sociais de sexo* (Devreux, 2005)

Com relação às categorias centrais, as mais utilizadas nos artigos, respectivamente, foram: *gênero* (26), *mulher* (24), *patriarcado* (19) e *trabalho* (18), como veremos no gráfico abaixo:

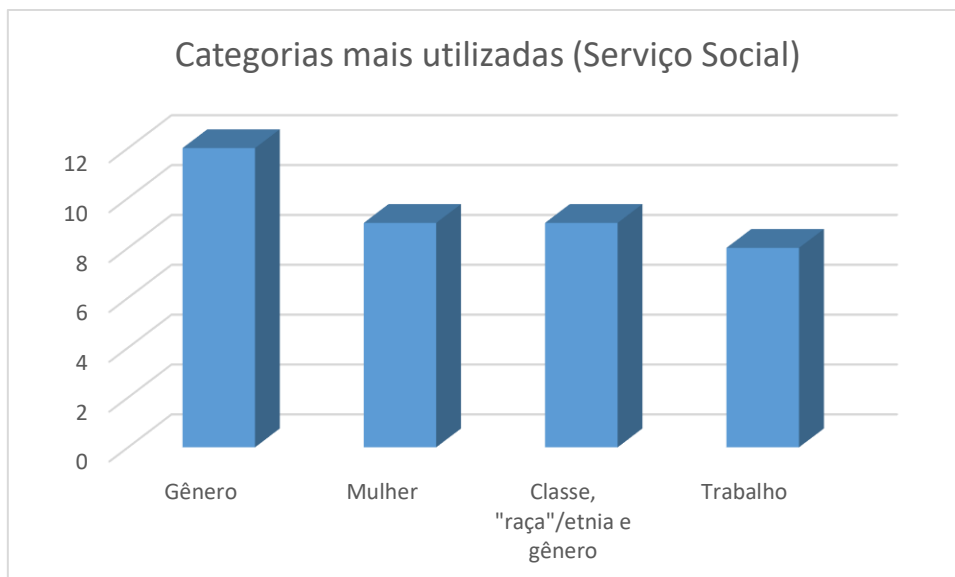
Gráfico 2 – Categorias mais utilizadas em todos os artigos



Fonte: a autora.

Nos artigos que dialogam diretamente com o Serviço Social, as categorias mais utilizadas foram *gênero* (12), *mulher* (9), *classe*, *“raça”/etnia e gênero* (9) e *trabalho* (8). A categoria *“classe, raça/etnia e gênero”* não foi utilizada de maneira isolada, mas imbricada.

Gráfico 3 – Categorias mais utilizadas nos artigos que dialogam com o Projeto Ético-Político Profissional



Fonte: a autora.

As categorias centrais em todo o universo aqui estudado e no universo dos artigos que dialogam com o Serviço Social são parecidas. Nos dois resultados, as categorias “gênero” e “mulher” aparecem nos primeiros e segundos lugares, respectivamente, e a categoria “trabalho” aparece em quarto lugar em ambos. A categoria “patriarcado” aparece em terceiro lugar na categoria mais utilizada em todo o universo estudado, ficando em oitavo lugar nos artigos que dialogam com o Serviço Social, sendo citado em seis deles.

Os artigos aqui estudados para a coleta e análise desses dados, foram produções científicas resultantes de diversos campos: pesquisa bibliográfica (14), pesquisa bibliográfica e documental (8), pesquisa de iniciação científica (2), trabalhos de conclusão de curso (2), dissertação de mestrado (2), extensão (1), tese de doutorado (1). Isso nos mostra que os debates sobre gênero têm se popularizado cada vez mais, a partir do momento que vem se expressando em diferentes segmentos no âmbito acadêmico.

A aproximação do Serviço Social com o debate de gênero possibilita uma atuação profissional com um maior rigor teórico-político no tocante às expressões da questão social que acometem às mulheres, bem como a diminuição das práticas conservadoras que nortearam o Serviço Social tradicional, a exemplo das práticas positivistas e tecnicistas.

Através dessas discussões, é possível questionar e enfrentar os papéis socialmente construídos de forma a subalternizar as mulheres. É extremamente

relevante discutir de gênero na produção científica do Serviço Social, principalmente em tempos de ofensiva conservadora em que se tenta silenciar e, até mesmo, criminalizar esse debate.

De acordo com os dados obtidos, pudemos perceber que tem ocorrido um incentivo à produção de conhecimento nesta área, através das entidades profissionais. Deste modo, há um avanço no debate sobre a condição das mulheres na sociedade patriarcal, machista e racista e, o desafio que se coloca, é expandir esse debate cada vez mais, dado a sua importância, para além da formação acadêmico-profissional.

A criação do GTP foi de fundamental relevância para o avanço das discussões e construções coletivas nas áreas de gênero, “raça”/etnia, diversidade sexual e geração no Serviço Social. A partir dele, pesquisadoras/es puderam compartilhar suas pesquisas, indagações, experiências, avançando na socialização e contribuição do conhecimento na área, colaborando para uma maior organicidade do debate.

Levando em consideração a atual conjuntura, torna-se extremamente necessário a discussão das relações patriarcais de gênero dentro do Serviço Social, dado a importância de que estamos vivenciando uma ofensiva conservadora que tenta silenciar e criminalizar esses debates. Deste modo, torna-se essencial o fortalecimento teórico e político da categoria profissional, a fim de fortalecer um projeto societário que aponte para a superação do conservadorismo, sem dominação de classe, gênero, “raça” e etnia.

3.3 Procedimentos teóricos metodológicos

O trabalho aqui apresentado tem caráter bibliográfico e documental, com dados quantitativos. Desse modo, foi feito um levantamento de textos que versam sobre os aspectos das relações de gênero, perpassado pelas análises de “raça”/etnia e classe, bem como estudos sobre o Serviço Social no Brasil, da gênese da profissão até a contemporaneidade e sua formação acadêmico-profissional.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002, p. 45),

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a

pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados.

Os procedimentos técnicos utilizados como fonte de coleta de dados partiram dos anais do XVI ENPESS, por entendermos que se trata de um dos eventos mais importantes de Serviço Social no Brasil, reunindo um grande número de produções de diversas temáticas e posicionamentos teóricos. Nossa pesquisa se deu na modalidade comunicação oral, através das palavras-chave: gênero, patriarcado, mulheres, mulheres negras, lésbicas, feminismo, feminismo negro e relações patriarcais de gênero. Sendo constatado o total de 989 trabalhos publicados nos anais do evento, sendo 67 com as palavras-chave mencionadas e 30 analisados.

Desses 30 analisados, 17 dialogam diretamente com o Serviço Social e o nosso Projeto Ético-Político. A partir do universo dos 30 trabalhos analisados, coletamos dados referentes às palavras-chave utilizadas, tipo de produção científica, perspectiva de diálogo com o Serviço Social, marco teórico e as categorias centrais.

A ausência de dados sobre as/os autoras/es nos trabalhos, não nos permitiu dar informações sobre o nível da área de formação. Entretanto, buscamos apreender os elementos propostos, diante das possibilidades que nos foram dadas, com o objetivo de trazer contribuições para os estudos sobre gênero e Serviço Social através deste trabalho de conclusão de curso.

4. CONCLUSÕES

Esse Trabalho de Conclusão de Curso, teve como objetivo analisar as tendências da produção científica do Serviço Social brasileiro, através dos anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa e Ensino em Serviço Social – ENPESS (2018). A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter bibliográfico e documental, com dados quantitativos a partir do levantamento dos textos dos anais do ENPESS.

Para chegamos nas análises, traçamos um caminho teórico-metodológico sobre a consolidação do Serviço Social brasileiro no país, assim como algumas de suas características no desenvolver do século XX, principalmente no tocante à formação profissional e aproximação das pautas das mulheres. Com isso, buscamos analisar a trajetória da profissão, bem como a trajetória de lutas e conquistas das mulheres.

Os projetos profissionais estão alinhados a um determinado projeto societário e, com o Serviço Social, nem sempre esteve vinculado a uma perspectiva transformadora. Foi através de muitas lutas da categoria que a profissão tornou como projeto hegemônico o compromisso com a classe trabalhadora e as lutas sociais, tendo como horizonte uma sociedade sem classes e sem opressão/dominação de qualquer tipo.

Estamos vivenciando uma ofensiva conservadora que é extremamente necessário o seu enfrentamento por parte da profissão, principalmente no tocante aos estudos de gênero, já que é um debate que tende a ser silenciado e criminalizado pelo atual governo. Deste modo, exige-se um trato rigor teórico-metodológico por parte da profissão, para poder se fortalecer e enfrentar essa ofensiva.

Apesar dos avanços contra o conservadorismo pela profissão, é necessário que a luta pela renovação profissional e superação de práticas conservadoras sejam exercícios diários, sendo necessário uma formação contínua. Pois, considerando o que foi analisado, questiono: a prática de responsabilização da questão social para as mulheres foi superada? As/os profissionais sabem atuar nas expressões da questão social no tocante às mulheres, mulheres negras e não heterossexuais? É necessário refletir sobre essas questões, buscando um amadurecimento teórico que impulse uma atuação profissional que não reproduza uma prática tecnicista, moralizante e insuficiente.

Um passo importante para as discussões de gênero, patriarcado, “raça”/etnia e sexualidade, dentro do Serviço Social, foi a criação do GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades que propõe a implementação e estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa, fortalecendo e socializando as pesquisas na área.

Porém, apesar desse GTP e de alguns avanços, ainda são insuficientes as discussões sobre as mulheres negras e não heterossexuais. Aqui, defendemos que essas discussões deveriam estar mais presentes na nossa formação acadêmico-profissional, já que as questões raciais e de sexualidade são expressões da questão social e intervimos diretamente enquanto profissionais. A ausência dessas discussões contribui para que haja uma lacuna na atuação profissional, que deve ser antirracista e comprometida na luta contra as discriminações de classe, gênero, assim como sexualidade.

É necessário que a categoria profissional se aproprie cada vez mais das questões de gênero, classe, “raça”/etnia, sob uma perspectiva de totalidade, para que sejamos profissionais comprometidas/os com o que preconiza o nosso Projeto Ético-Político Profissional, na busca pela equidade e por um projeto societário sem exploração ou dominação de qualquer tipo.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Soc. Estado*, vol. 15 n.2 Brasília. Jun./Dez. 2000.

ALVES, Ana Carolina Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. *As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres*. In: IV Seminário CETROS – Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza-CE, 2013.

ARALDI, Elmides Maria. *Apreensão Teórico-Crítica da Categoria Liberdade no Cotidiano: uma contribuição para as reflexões do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. 2007. 128f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Seção São Paulo, 1947. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 26 ago 2018.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). *As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e o Projeto Ético-Político*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 108, p. 785-802, out./dez. 2011.

_____. *Diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social/ABEPSS*, Brasília, 1996.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____; TERRA, Sylvia Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. ; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas: Papel Social, 2013.

_____. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

_____. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista. *Dossiê Crítica Marxista*, São Paulo, v. 11, p. 98-108, 2001.

CFESS. CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 95, 2008.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 132, p. 211-230, maio/ago, 2018.

_____. *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2013.

_____; SANTOS, Silvana. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Cristine. “Patriarcado”. In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

ENGELS, Friedrich *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. – 3. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ANO VII, nº 24 – p. 49-69, Agosto, 1987.

FERREIRA, Camila Manduca. *O negro na gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947)*. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GIL. Antonio Carlos. *Como elaborar Projetos de Pesquisa*. – 4. Ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOIS, Magaly Nunes; CAVALCANTE, Itanamara Guedes; FRANÇA, Sílvia Maria. *Serviço Social e gênero: um debate necessário na formação profissional*. In: XVI Encontro Nacional de Estudantes e Pesquisadoras/es em Serviço Social, 2018, Vitória – ES.

GONZÁLEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUEDES, Olegna de Souza. Expressões do conservadorismo nos Códigos de Ética dos Assistentes Sociais de 1947 a 1965. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 28-42, jan./jul. 2016.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. – 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. – 9ª edição. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. Prefácio. In: *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____.; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. – 41. ed. - São Paulo: Cortez, 2014.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

LIMA, Rita de Lourdes. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. *Ser. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 45-68, 2014.

LISBOA, Teresa Klebia. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Rev. Katál*. Florianópolis – v. 13 n.1 p. 66-75 jan./jun. 2010.

MARX, Karl. *El capital. Libro I. capítulo VI (Inédito)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: *Programa de Capacitação Política em Serviço Social e Política Social: módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço social* – Brasília: CEAD, p. 91 – 109, 1999.

_____.; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Adriane Vidal de. *A expressão Constituinte do Feminismo: por uma retomada do processo liberatório da mulher*. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Edístia; CHAVES; Helena. 80 anos de Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, - (Coleção História do Povo Brasileiro).

_____. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014.

QUERINO. Anmaina Andriola. *A formação em Serviço Social: superação ou reprodução do conservadorismo?*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2014.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão Social e mediação de gênero: a marca feminina na assistência social. *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Ábramo, 2004.

_____. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Jackeline Araújo. *O Código de Ética do/a Assistente Social e o Projeto Ético-Político: uma trajetória histórica de mudanças*. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SIMILI, Ivana Guilherme. Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial: as voluntárias da Legião Brasileira de Assistência. *Cadernos Pagu* (31), julho-dezembro de 2008: 439-469.

TEIXEIRA, Joaquina; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. (ORG.). *Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais*. 1ª ed. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009, v. 1. p. 185-201.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. *A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2017.

XAVIER, Lucia. *Racismo, corpo, saúde, representação*. In: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). *Encrespando – Anais do I Seminário Internacional: refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes* (ONU, 2015-2024). Brasília: Brado Negro, 2016. p. 37-50.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais*. 1ªed. Brasília - DF: CFESS / ABEPSS, 2009a, v. v. 1, p. 125-141.

_____. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais*. 1ªed. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009b, v. 1, p. 143-163.

_____. A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. *Cadernos PUC*, São Paulo, n. 6, 1980.

Documentos

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 6 e 7 jun. 2002. Parágrafos 12 e 13. Disponível em:

<<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/PLATAFORMA%20POLITICA%20FEMINISTA.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2018.